



ANDERSON MARTINS SILVA

**CONTEÚDO E FORMAS DA CRISE CAPITALISTA EM MARX: APONTAMENTOS
INICIAIS**

JUIZ DE FORA

2024

ANDERSON MARTINS SILVA

**CONTEÚDO E FORMAS DA CRISE CAPITALISTA EM MARX: APONTAMENTOS
INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ednéia Alves de Oliveira.

JUIZ DE FORA

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Anderson Martins.
CONTEÚDO E FORMAS DA CRISE CAPITALISTA EM MARX :
APONTAMENTOS INICIAIS / Anderson Martins Silva. -- 2024.
85 f.

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2024.

1. marxismo. 2. acumulação de capital;. 3. superprodução. 4.
crises cíclicas. 5. lucro. I. de Oliveira, Ednéia Alves, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Anderson Martins Silva
Matrícula Discente	201968503
Título do TCC	Conteúdo e formas da crise capitalista em Marx: apontamentos iniciais
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Ednéia Alves de Oliveira
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	07/10/2024
Nome, titulação d[]s(as) componentes da banca	Isaura Gomes de Carvalho Aquino (Doutora) Ronaldo Vielmi Fortes (Doutor)

Aaprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 02 de outubro de 2024.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Ednéia Alves de Oliveira, Professor(a)**, em 07/10/2024, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2017461** e o código CRC **D3D55F58**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Conteúdo e formas da crise capitalista em Marx: apontamentos iniciais, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente Anderson Martins Silva (matrícula 201968503), sob orientação da Prof.(a) Drª Edneia Alves de Oliveira e coorientação da Prof. a) Dr(a) _____, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de 2024 , às 17 horas, na sala 6 Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Edneia Alves de Oliveira	Orientadora
Dra	Isaura Gomes de Carvalho Aquino	Membro da Banca
Dr	Ronaldo Vielmi Fortes	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota:__100_____

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 02 de outubro de 2024.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Edneia Alves de Oliveira, Professor(a)**, em 07/10/2024, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 08/10/2024, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Professor(a)**, em 10/10/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2017455** e o código CRC **A3405506**.

RESUMO

O presente trabalho adota como tema a crise em Marx. O objeto do estudo consiste na categoria crise, tal como o pensador alemão nos apresenta em suas análises sobre o modo de produção capitalista. Assim, o trabalho aborda a seguinte questão: o que Marx comprehende por crise? Para tanto o método utilizado foi a leitura e análise de textos de Marx e de alguns comentadores contemporâneos de sua obra. A conclusão consiste em que, para o filósofo alemão, as crises econômicas são fenômenos inerentes ao movimento ciclico da produção e reprodução capitalista, nos quais todas as contradições geradas pela acumulação capitalista são evidenciadas e têm como conteúdo fundamental a superprodução expressa na superfície visível do movimento do capital, na forma de tendência de queda da taxa média/geral de lucro.

Palavras chave: marxismo; acumulação de capital; superprodução; crises cíclicas; lucro.

ABSTRACT

The present work adopts the theme of crisis in Marx. The object of the study consists of the category of crisis, as presented by the German thinker in his analyses of the capitalist mode of production. Thus, the work addresses the following question: what does Marx understand by crisis? To this end, the method used was the reading and analysis of texts by Marx and some contemporary commentators on his work. The conclusion is that, for the German philosopher, economic crises are phenomena inherent to the cyclical movement of capitalist production and reproduction, in which all the contradictions generated by capitalist accumulation are made evident and have as their fundamental content overproduction, expressed in the visible surface of the movement of capital, in the form of a tendency toward the decline of the average/general rate of profit.

Keywords: marxism; capital accumulation; overproduction; cyclical crises; profit.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – O MAIS-VALOR: FUNDAMENTO SOCIAL DA LUCRATIVIDADE DO CAPITAL	11
1.1. O SALÁRIO: PREÇO DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO.....	12
1.2. A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: DINÂMICA E DETERMINAÇÕES.....	17
CAPÍTULO 2 – A CIRCULAÇÃO DE CAPITAL, SUAS CONTRADIÇÕES E A POSSIBILIDADE FORMAL DA CRISE CAPITALISTA.....	21
2.1. AS METAMORFOSES DO CAPITAL E SEUS CICLOS.....	21
2.2. O CICLO DO CAPITAL MONETÁRIO.....	26
2.3. O CICLO DO CAPITAL PRODUTIVO	37
2.4. O PROBLEMA DO CAPITAL FIXO	44
2.5. O CICLO DO CAPITAL MERCADORIA.....	47
2.6. AS TRÊS FIGURAS DO CICLO	48
2.7. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMPO DE CURSO [TEMPO DE CIRCULAÇÃO].....	52
CAPÍTULO 3 – A TEORIA DO VALOR E OS LIMITES HISTÓRICO-SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOB O CAPITAL	55
3.1. A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS EM FORÇAS DESTRUTIVAS	65
3.2. SUPERPRODUÇÃO DE CAPITAL, CRISE DA SOCIALIZAÇÃO CAPITALISTA E DESTRUÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS	68
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que passamos a apresentar expressa o primeiro momento de um programa de estudos dedicado a apreensão da reflexão marxiana acerca das crises do capitalismo. O nosso interesse pelo estudo da temática da crise econômica em Marx vem de longe, sendo determinado diretamente pelos acontecimentos relacionados a crise da acumulação capitalista mundial de 2008 e seus desdobramentos nos anos 2010, e também pelos debates internos ocorridos no âmbito das organizações nas quais o autor militou ao longo da última década.

Deste modo, dedicamos o nosso TCC à organização e apresentação de nossas considerações iniciais acerca da temática das crises, na obra de Marx. Tomamos como objeto de estudo a categoria crise, tal como Marx nos apresenta em seus trabalhos. Nesse sentido, procuramos resposta para a seguinte questão: o que Marx comprehende por crise?

A partir de nossa primeira aproximação da crítica da economia política desenvolvida por Marx, acreditamos que para Marx, as crises econômicas são fenômenos inerentes ao movimento da produção e reprodução capitalista, nos quais, todas as contradições geradas pela acumulação capitalista são evidenciadas. Ao longo dos ciclos do capital, dado ao aumento da composição orgânica, manifesta-se uma tendência à superprodução de capital em relação às possibilidades de realização do valor cristalizado nas mercadorias por meio do trabalho. Deste modo, ainda que as formas por meio das quais a superprodução se apresenta variem de uma crise para outra, o fenômeno fundamental das crises é a superprodução expressa na superfície visível do movimento do capital na forma de tendência de queda da taxa média/geral de lucro. Ademais, as crises são momentos de saneamento das condições de acumulação, nos quais, a destruição das forças produtivas pode contribuir de maneira decisiva para a diminuição da superprodução e, por conseguinte, para a recomposição da lucratividade do capital.

Com o objetivo de apreender a concepção marxiana de crise, procuramos identificar as relações estabelecidas entre a produção de capital, a circulação e as formas sob as quais a relação capital aparece na superfície do mercado capitalista. Assim, no capítulo 1, apresentamos os elementos constituintes da análise de Marx acerca dos modos de manifestação sob os quais o processo de produção capitalista se apresenta enquanto processo direto de produção. No capítulo 2, tratamos de apresentar os elementos fundamentais considerados por Marx acerca do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução do capital e, por conseguinte, a compreensão marxiana de que o processo de produção capitalista, considerado em sua totalidade, consiste na unidade estabelecida entre o processo de produção e circulação

de capital. Nesse capítulo, também explicitamos como Marx analisou o desenvolvimento da possibilidade formal da ocorrência de crises capitalistas decorrentes das contradições inerentes a unidade estabelecida entre a produção e a circulação de capital;

No capítulo 3, apresentamos o modo como Marx refletia acerca das formas concretas assumidas pelo capital na superfície do mercado e sua relação com o próprio movimento do capital considerado em sua totalidade. Aqui tem lugar a síntese a que chegamos acerca da análise marxiana sobre a *relação entre a possibilidade formal da ocorrência de crises no modo de produção capitalista e a sua efetiva manifestação na história*, e por conseguinte, sua compreensão sobre as crises do capital.

Acreditamos que nosso trabalho pode contribuir para o debate entre estudantes, pesquisadores e profissionais das Ciências Humanas, Ciências Sociais e, em particular, do Serviço Social na medida em que são analisados elementos significativos para a caracterização das crises do capitalismo e de seu significado para a classe trabalhadora usuária da ampla maioria dos serviços socioassistenciais prestados pelo Estado e iniciativa privada.

CAPÍTULO 1 – O MAIS-VALOR: FUNDAMENTO SOCIAL DA LUCRATIVIDADE DO CAPITAL

Com o objetivo de apreender os elementos constituintes da análise de Marx acerca dos modos de manifestação sob os quais o processo de produção capitalista se apresenta enquanto processo direto de produção, a seguir nos dedicaremos à análise das considerações marxianas acerca da produção do valor e do mais-valor.

Como analisado por Marx (2017a) no capítulo 4 do livro 1 de *O Capital* – A transformação do dinheiro em capital –, no movimento D-M-D' as mercadorias – força de trabalho e meios de produção – operam como intermediárias em um processo no qual os pontos inicial e final são idênticos quando considerados qualitativamente. Nessas condições, D e D' só podem se diferenciar quantitativamente, *constituindo-se a valorização do valor D como objetivo da acumulação capitalista*. Para uma explicação mais precisa, faz-se necessário desdobrar a formulação anterior de modo a evidenciar o que ocorre de fato. Entre D e D' ocorre o processo de produção. Podemos explicitar esse movimento por meio da seguinte formulação marxiana: D – M (FT e MP) ... P ... M' – D' (MARX, 2014).

A partir dessa última formulação, podemos observar, ainda de maneira geral, que a diferença quantitativa entre D e D' provém da produção (P), na qual as mercadorias (M) – força de trabalho (FT) e meios de produção (MP) – são consumidas dando origem a uma mercadoria dotada de um excedente (M'). A busca da maior lucratividade possível configura-se como principal força motriz – imperativo econômico – na sociedade capitalista. Vejamos mais de perto como se produz o mais-valor: fundamento econômico social da lucratividade do capital.

Como assinalamos, o consumo produtivo da mercadoria força de trabalho e dos meios de produção origina uma mercadoria dotada de mais-valor – transforma o capital potencial em valorização efetiva do valor, em capital como tal. Porém, é necessário observar que, as mercadorias em questão, não se relacionam da mesma maneira com a produção do valor e do mais-valor.

Como revela Marx (2017a), a força de trabalho é a única mercadoria que quando consumida produtivamente é capaz de acrescentar valor ao capital adiantado. Nesse sentido, o consumo produtivo dos meios de produção não cria novos valores, apenas transfere para as mercadorias parte do valor-trabalho previamente cristalizado – por processos de trabalho/valorização anteriores – nas máquinas, ferramentas de trabalho e matérias-primas utilizadas no processo de trabalho/valorização em questão.

Em síntese, tanto a força de trabalho, quanto os meios de produção nos quais o dinheiro é investido como capital participam do processo de produção. Por conseguinte, ambas as mercadorias são empregadas no processo produtivo como capital, ainda que não cumpram a mesma função. *O investimento do dinheiro na compra de mercadorias a serem consumidas produtivamente é a forma por meio da qual o dinheiro se transforma em capital.* Quando a parte do capital correspondente aos meios de produção é combinada à força de trabalho e consumida pelo capital no processo produtivo, ela somente transfere o seu valor – de uma vez ou ao longo de vários ciclos do capital como veremos no caso do capital fixo mais adiante – para a mercadoria produzida, sem que ocorra nenhuma criação de valor por essa parte do capital, daí a sua denominação por Marx como capital constante. Já a mercadoria força de trabalho, quando combinada aos meios de produção, é capaz não só de criar valor, como também, de criar mais-valor do que aquele que foi pago por ela na forma de salário – investimento em capital variável (MARX, 2017a).

Como destacado por Marx (2013, p. 76), o excedente é um conceito geral que tem validade em qualquer sociedade em que tenha lugar uma produção maior do que aquela necessária para atender as suas próprias necessidades reprodutivas. Dito isso, observamos que no nível de abstração em que Marx se encontra nesse momento da análise, *o mais-valor é a forma específica do excedente econômico no modo de produção capitalista.*

O “mais-valor” é a categoria “em torno do qual gira toda a explicação mais acabada que pode oferecer-se do funcionamento do capitalismo” (ARRIZABALO, 2014, p. 115, tradução nossa). *O lucro que é visível na superfície da economia capitalista e orienta todo o movimento do capital, não passa de uma expressão superficial na esfera do mercado do mais-valor produzido pelos trabalhadores na produção mediado pelos preços de produção.* Ao contrário da categoria mais concreta lucro efetivo, o mais-valor enquanto categoria presente na realidade não pode ser apreendida na imediaticidade dos fenômenos econômicos-sociais.

1.1. O SALÁRIO: PREÇO DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

Como delineado anteriormente, no capitalismo a força de trabalho é uma mercadoria. Assim como no caso das demais mercadorias, a magnitude de seu valor é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O trabalhador a leva ao mercado onde a vende por uma jornada ao capitalista, o qual lhe paga com o salário que corresponde ao preço dessa força de trabalho. Tal preço é determinado, na média, pelo valor da força de trabalho. Como ocorre no caso de todas as mercadorias, o preço da força de trabalho oscila ora

acima, ora abaixo de seu valor conforme varia a relação estabelecida entre a oferta e demanda no mercado de trabalho e com ela o tamanho da superpopulação relativamente excedente.

A mercadoria vendida pelo trabalhador ao capitalista é a *força de trabalho* e não o trabalho total executado em uma jornada. Trata-se de uma *mercadoria especial*, na medida que, o seu consumo pelo capital no processo de trabalho/valorização é capaz de criar *mais-valor* do que aquele que foi investido em sua compra na forma de *salário*. Deste modo, devem ser considerados como coisas distintas o valor da força de trabalho (*v*) em torno do qual oscila o seu preço; o novo valor criado no processo de trabalho/valorização do capital (*v+mv*) e, por fim, o valor total da mercadoria produzida em uma jornada de trabalho (*c+v+mv*) – formado pelo trabalho morto e pelo trabalho vivo.

A jornada de trabalho total se divide em duas partes: trabalho pago (*v*) ou, de outro modo, trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho e; trabalho não pago ou, em outras palavras, mais-valor (*m*). Assim, nesse processo são criadas mercadorias dotadas de valor e mais-valor (*v+m*). Sob a égide do capital, não é possível que a remuneração do trabalhador corresponda a totalidade do valor produzido em uma jornada de trabalho, visto que, caso isso ocorresse deixaria de existir o excedente (*m*) – razão de ser do capital – e, por conseguinte, o lucro e demais expressões superficiais do mais-valor perseguido pelo capitalista.

Como sinaliza Arrizabalo (2014, p. 116, tradução nossa), o valor e o mais-valor correspondentes ao produto de uma jornada de trabalho completa “constituem [...] o que na contabilidade nacional se define como produto”. O produto pode ser calculado a partir de três óticas distintas 1) da perspectiva do valor agregado (oferta); 2) da perspectiva da renda obtida (apropriação) e; por fim 3) pela ótica do gasto ou consumo (demanda). Tal forma de ver corresponde a própria maneira como o movimento se desenvolve na realidade, “primeiro se produz, logo se distribui e finalmente se consome”.

Pelo lado do valor agregado, o produto de um período é o valor final *V* (*c+v+mv*) menos o valor já existente (*c*, produzido em período prévio), quer dizer, *v+mv*. Pelo lado da renda, o produto é a soma dos salários e lucros, isto é, diretamente *v+mv*. E finalmente, pelo lado do gasto, podemos supor que os assalariados consomem toda a sua renda e os capitalistas acumulam a metade, de modo que o consumo será $v+1/2 mv$ e a acumulação $\frac{1}{2} mv$ e, por conseguinte, sua soma é, claro *v+mv*. Pelas três vias, portanto, o produto é igual, dado que é a mesma magnitude a que primeiro é produzida, logo é repartida ou distribuída e finalmente é consumida (produtiva ou improdutivamente) (ARRIZABALO, 2014, p. 116).

Como desenvolve Marx (2017b, p. 68-69, grifos nossos), em contraste com a taxa de mais-valor *mv/v*, medida sobre o capital variável, temos a taxa de mais-valor medida sobre o capital total investido expressa por meio da relação *mv/c+v*: a taxa de lucro. Estamos diante de

“duas medições distintas da mesma grandeza, as quais em decorrência da diversidade dos padrões de medida, expressam simultaneamente proporções ou relações distintas da mesma grandeza”. É da “transformação da taxa de mais-valor em taxa de lucro” que deve ser “derivada a transformação de mais-valor em lucro, e não o inverso”. No entanto, como o alemão demarca, em uma análise do capitalismo “é da taxa de lucro que se parte historicamente. Mais-valor e taxa de mais-valor são relativamente, o invisível e o essencial a ser investigados, ao passo que a taxa de lucros e, assim, a forma do mais-valor como lucro são fenômenos superficiais”. Deste modo, dado que na taxa de lucro aparecem todas as *formas* que o valor adota no processo de produção – ainda que de maneira mistificada –, tal relação nos fornece as diretrizes para avançarmos na compreensão mais apurada de cada um dos elementos que a determinam. Segundo Marx (2017b, p. 73-74, grifos nossos),

[...] embora a taxa de lucro seja numericamente distinta da taxa de mais-valor, ao mesmo tempo que o mais-valor e o lucro são, na verdade, a mesma coisa, e também numericamente iguais [nessa seção 1 do livro 3], o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são encobertos e apagados. *Na verdade, o lucro é a forma de manifestação do mais-valor, tendo esse de ser revelado mediante a análise daquele.* No mais valor está revelada a relação entre capital e trabalho. Na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valor, tal como ele aparece, por um lado, como excedente sobre o preço de custo da mercadoria realizado no processo de circulação e, por outro, como um excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital total, se dá o *capital como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma originária de valor, diferenciam-se de um novo valor posto por ele mesmo. Que ele cria esse novo valor durante seu movimento no processo de produção e no processo de circulação é algo de que se tem consciência. Mas o modo como isso ocorre é algo mistificado e aparenta provir de qualidades ocultas que lhe são próprias.

Em primeiro lugar, as mercadorias que entram no processo produtivo na forma de capital constante não criam valor. Como indicado anteriormente, somente a força de trabalho é capaz de criar valor – em diferentes proporções – para além daquele que foi pago por ela na forma de salário. Deste modo, temos como consequência que “quanto maior for a fração do capital destinada a mercadoria que não adiciona valor novo ou mais-valor (quer dizer, os meios de produção) [...] (se nada muda), o mais-valor será proporcionalmente menor em relação com todo o capital, isto é, a taxa de lucro será menor”. Por outro lado, “quanto maior for a proporção” do capital investida na “mercadoria que cria valor novo ou mais-valor (quer dizer, a força de trabalho) [...] maior será a proporção de mais-valor em relação com todo o capital. Isto é, maior será a taxa de lucro” (ARRIZABALO, 2014, p. 117, tradução nossa). Considerada do ponto de vista do valor, a relação estabelecida entre o capital constante – meios de produção – e o capital variável – força de trabalho – foi denominada por Marx como composição orgânica do capital

expressa por meio da fração c/v . Trata-se da expressão em termos de valor da composição técnica do capital, esta última, entendida como as “proporções nas quais se combinam os meios de produção e o trabalho no processo de produção”.

Como vemos, graças a sua capacidade de criar novo valor ($v+mv$), o capital investido na mercadoria força de trabalho tende a influenciar de maneira positiva o desenvolvimento da taxa de lucro. A taxa de mais-valor é determinada pela relação entre o massa do mais-valor produzido e o capital variável (mv/v). Enquanto no cálculo da taxa de lucro o mais-valor se relaciona com o capital total investido. No caso da taxa de mais-valor, a relação se dá somente com a parte do capital investida na mercadoria que efetivamente cria novo valor. Por conseguinte, existe uma relação direta entre taxa de mais-valor e a taxa de lucro, de modo que, a ampliação da primeira, contribui positivamente para que o crescimento da lucratividade do capital.

Considerado como destacamos anteriormente, que a jornada de trabalho se divide em trabalho necessário e trabalho excedente, ou de outro modo, salários (v) e mais-valor (m), observa-se que mv/v expressa a proporção na qual a jornada está dívida, a proporção da jornada na qual o trabalhador produz o seu próprio salário e na qual produz o lucro do capital. Sendo assim, o “conflito entre capitalistas e trabalhadores se concentra na repartição da jornada de trabalho entre v e mv ” (ARRIZABALO, 2014, p. 117, tradução nossa) e se expressa, por exemplo, na luta em torno da distribuição dos ganhos de produtividade advindos do desenvolvimento das forças produtivas.

Com o incremento da produtividade é possível produzir mais valores de uso em menos tempo – ou seja cristalizar uma mesma quantidade de valor em um número maior de mercadorias em uma mesma unidade de tempo. *Esse diferencial de produtividade pode ser apropriado completamente pelo capitalista, completamente pelos trabalhadores ou ser repartido entre as classes em uma determinada proporção.* Por exemplo, caso não ocorra a diminuição da jornada de trabalho de modo proporcional ao crescimento da produtividade, todo o ganho de produtividade pode ser canalizado para o capitalista.

A taxa de mais-valor, mv/v (ou dito ao contrário, o salário relativo v/mv), ilumina que o mais importante no capitalismo não é a evolução do salário nominal (o preço da força de trabalho em moeda nacional) nem a do salário real (o preço nominal da força de trabalho em relação com o preço das mercadorias que consomem os trabalhadores), mas o peso relativo do mais-valor e salários cujo contrário é o salário relativo (a razão que coloca em relação o salário com o lucro ou mais-valor). Assim, *o salário real (e desde já o nominal) podem crescer em certos prazos. Porém, em nenhum caso o salário relativo pode ir além de certos limites a partir dos quais a lucratividade seria questionada e com ela toda a reprodução* (ARRIZABALO, 2014, p. 117).

No capitalismo, o incremento dos salários (v) e com ele a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, encontra-se circunscritos aos limites impostos pela obtenção de lucro pelo capital, mv/v em sua relação direta com o capital variável, ou mv/cv quando considerada a sua relação com o capital adiantado como um todo. A “dimensão relativa dos salários e seus limites constituem os elementos centrais da abordagem marxista” acerca dos salários. Porém, frequentemente a abordagem de Marx é mal compreendida e lhe é atribuída uma “concepção do salário como mínimo de subsistência vital” tal como característico da lei de bronze dos salários lassaliana. Caso fosse essa a abordagem de Marx, teríamos uma incoerência em sua teoria do valor que, como indicamos, define o preço da força de trabalho em função do valor produzido socialmente. O “valor é uma categoria social, não técnica [...] ou fisiológica, no caso do salário, para a qual aponta essa formulação de ‘subsistência vital mínima’”. Deve-se sempre ter em conta, a inevitável tendência de pauperização relativa – e a cada vez mais frequente pauperização absoluta – de amplos segmentos da classe trabalhadora, oriunda não da escassez, mas da própria superprodução gerada pela dinâmica da acumulação de capital.

Em resumo, os fatores que determinam o comportamento da taxa de lucro são 1) a relação entre a magnitude do mais-valor (v) apropriado e a magnitude do dinheiro adiantado no início do processo como capital ($c+v$); 2) a proporção do capital que é investida em meios de produção (c) – capital constante – e força de trabalho (v) – capital variável; 3) a proporção na qual a força de trabalho cria valor para além do valor pago por ela na forma de salário; 4) quanto maior a parte proporcional do capital total investido correspondente aos meios de produção, menor será a criação de mais-valor e, por fim; 5) quanto mais valor a força de trabalho criar no processo produtivo proporcionalmente ao capital adiantado, maior será a quantidade de mais-valor (mv) criado.

Considerada a competição intercapitalista, observa-se que ao longo da dinâmica do processo de acumulação de capital alteram-se as proporções nas quais o mais-valor – na forma de dinheiro – é capitalizado na forma de meios de produção e força de trabalho, modificando-se, deste modo, a composição orgânica do capital em questão. Marx (2017a) destaca que, dada a concorrência intercapitalista pela obtenção de uma maior fatia da totalidade do mais-valor produzido pelos trabalhadores, os capitalistas são impelidos a ampliar o investimento em capital constante em detrimento do capital variável ocasionando a manifestação de uma tendência, por um lado, ao aumento da composição orgânica do capital por meio de processos de concentração e centralização e, por outro lado, dada a tendência para diminuição relativa do emprego de

capital variável, a ampliação da superpopulação relativamente excedente. Eis a lei geral da acumulação capitalista delineada por Marx no capítulo 23 do livro 1 de O Capital.

O aumento da composição orgânica do capital, a diminuição relativa do capital variável empregado e, por conseguinte a ampliação da superpopulação relativa, consistem apenas em uma face da lei geral. Como delineado no capítulo 13 do Livro III de O Capital, o aumento da composição orgânica do capital também desencadeia uma tendência à queda da taxa de lucro ($m/c+v$), visto que a parte do denominador da fração – capital constante – que não cria valor cresce ao passo que, o capital variável responsável pela criação de valor (v) e mais-valor (m), diminui.

A lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial da queda da taxa de lucro são duas faces de uma mesma moeda, e tornam obrigatório ao capitalista que este promova o aumento da taxa de mais-valor (mv/v) – ou taxa de exploração da força de trabalho – com vistas a contra-arrestar a tendência de queda da taxa de lucro. As dinâmicas da variação da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valor determinam a evolução do capital de modo a estabelecer em que medida o capital é capaz de atingir o seu objetivo maior, qual seja, a produção de mais-valor, para a qual a produção de valores de uso não é mais que um meio.

Em síntese, na sociedade capitalista, assistimos a submissão de um processo social – a produção – ao princípio da concorrência dos capitais no mercado fundamentada de maneira inevitável na existência do trabalho não pago, ou dito de outra maneira, na exploração da força de trabalho alheia.

1.2. A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: DINÂMICA E DETERMINAÇÕES

Até o momento temos analisado as determinações do processo de produção do valor e do mais-valor de maneira estática, ou seja, sem considerar a produção e a reprodução do capital em movimento. Agora diminuiremos o grau de abstração da reflexão e, passaremos à análise da dinâmica da produção/reprodução de mais-valor no processo de valorização do capital em sua forma D-M (FT e MP) ... P ... M'-D' – M (FT e MP) ... P ... M' – D' tratada detidamente por Marx no livro 2 de O Capital: crítica da economia política (2014).

Resumidamente, podemos observar na fórmula apresentada pelo alemão que na primeira metamorfose do valor o dinheiro (D) é transformado em capital por meio do investimento (compra) das mercadorias força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), os quais são consumidos no processo de produção (P) dando origem a uma mercadoria dotada de valor e mais-valor (M') que precisa ser vendida (M' - D') para que o capitalista possa se

apropriar dos valores produzidos e volte a investir para dar início a um novo processo produtivo. Ainda na mesma formula, os momentos sinalizados com três pontos são momentos de interrupção na circulação do capital. Aqui estão expressas as “diferentes roupagens sob as quais o capital se apresenta em suas diferentes fases e que ele, em seus repetidos ciclos, ora assume, ora abandona” (MARX, 2014, p. 108).

Independente da “forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios”. Para que uma sociedade sobreviva ao longo do tempo faz-se necessário que sua capacidade produtiva seja continuamente reconstituída. Os meios de produção consumidos totalmente ou parcialmente no processo de produção e a força de trabalho empregada precisam ser reproduzidos. Nesse sentido, “considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2017a, p. 641).

O processo de produção que reproduz apenas a capacidade produtiva anterior sem que ocorra a sua ampliação – ou seja, a acumulação –, é denominado por Marx reprodução simples. Como vimos, no capitalismo o excedente assume a forma de mais-valor e é apropriado pelo capitalista. Sendo assim, o caráter simples ou ampliado da reprodução depende da decisão do capitalista acerca de como gastará o mais-valor (renda) apropriado, ou seja, de como o mais-valor será distribuído entre o fundo de consumo do capitalista e aquela parte destinada a novo investimento em meios de produção e força de trabalho. Deste modo, a “acumulação (a produção não consumida, nem produtivamente nem improdutivamente), é o requisito para o crescimento da reprodução ampliada” (ARRIZABALO, 2014, p. 121, tradução nossa).

A decisão do capitalista sobre a destinação do mais-valor não ocorre livremente, visto que é condicionada pela pressão da competição intercapitalista que lhe impõe a necessidade da manutenção de sua competitividade no mercado. Ou seja, o capitalista tem de levar em conta a produtividade alcançada pelos demais capitais com os quais compete no mercado. Como bem destacado por Arrizabalo (2014, p. 121, tradução nossa), “ser competitivo é para o capital, literalmente, uma questão de vida ou morte; pois, se não o é não pode sobreviver como tal”.

Assim como em qualquer sociedade historicamente constituída, no capitalismo o excedente pode ser utilizado de duas maneiras: como consumo improdutivo ou como acumulação. Caso o capitalista consuma todo o mais-valor de maneira improdutiva, temos somente a reprodução simples do capital originário, o que não amplia a escala da produção. O capitalista também pode optar por destinar ao consumo pessoal somente parte do mais-valor e

investir a outra parte na compra de novos meios de produção e força de trabalho, situação na qual ocorre a reprodução ampliada do capital.

Em síntese, podemos definir a acumulação capitalista como o processo por meio do qual o mais-valor é transformado em capital, ou seja, a capitalização do mais-valor. Aqui, toda ou parte do mais-valor gerado em um ciclo é transformado em capital no ciclo seguinte. O dinheiro inicialmente investido (D) aparece como “resultado do processo permanentemente renovado de reprodução [...] o montante total da acumulação procede do mais-valor capitalizado nos processos precedentes (quer dizer, do trabalho não remunerado dos períodos anteriores que se converte em novo capital)” (ARRIZABALO, 2014, p. 122). Aqui cabe destacarmos duas relações, quais sejam, a taxa de capitalização do mais-valor, ou *taxa de investimento, na qual se relaciona o novo capital acumulado com o mais-valor produzido (delta c + delta v/mv)*, e por outro lado, a *taxa de acumulação*, ou em outras palavras, a *taxa de crescimento do capital*, que relaciona o novo capital acumulado com o conjunto do capital previamente existente ($\Delta c + \Delta v/c+v$). Sendo assim, a “*taxa de acumulação expressa [...] o ritmo em que aumenta a magnitude da acumulação*”.

Resumidamente, a magnitude do processo de acumulação capitalista é determinada por três fatores: 1) pela quantidade total de capital investida na compra de meios de produção e força de trabalho; 2) pelo mais-valor obtido por meio da exploração da força de trabalho – única mercadoria capaz de criar novo valor – no processo de produção, nesse sentido, pela taxa de mais-valor. Essa última depende da duração, da intensidade e da produtividade do trabalho que, por sua vez, sofrem a influência dos meios de produção utilizados no processo e, por fim; 3) pelo destino dado ao mais-valor pelo capitalista, pela maneira como ele distribui o mais-valor entre o seu consumo pessoal e a acumulação. Todos os fatores destacados não dependem somente de decisões tomadas pelo capitalista individual, pelo contrário, “estão condicionados pelas relações que os distintos capitais estabelecem entre si e com a classe trabalhadora, quer dizer, os determinantes da acumulação são sociais” (ARRIZABALO, 2014, p. 122, tradução nossa).

Como vemos, o processo de acumulação exige que ocorra o investimento do capital na compra de meios de produção e força de trabalho e, com isso, a transformação dessas mercadorias em capital constante e capital variável, ou, capital produtivo (P). As proporções na qual o capital é investido em um tipo de mercadoria ou em outra é determinada em função da composição técnica do processo de produção em questão. Como observamos anteriormente, a tendência geral manifesta ao longo do processo histórico da acumulação capitalista é de

ampliação do investimento de capital em meios de produção em detrimento daquele feito em força de trabalho.

A substituição da força de trabalho por meios de produção decorre do processo de mecanização crescente colocado em curso pelo capitalista individual com o objetivo de aumentar a produtividade e por esse meio competir de maneira mais eficiente no mercado, apropriando-se de uma maior parte da totalidade do mais-valor produzido socialmente. Deste modo, configura-se como uma “tendência consubstancial do capitalismo”, na medida em que é derivada da própria lógica do movimento do capital que “todo capital tem de passar com êxito pela prova da competição para a sua sobrevivência como tal” (ARRIZABALO, 2014, p. 123). Com o movimento de ampliação da produtividade ocorre a ampliação da produção de valores de uso em uma mesma unidade de tempo, por conseguinte, a diminuição do valor cristalizado em cada mercadoria.

Por fim, o mesmo movimento que amplia a competitividade de um capital frente aos demais, quando considerado de maneira agregada – todo o aumento de produtividade levado a cabo pelo conjunto dos capitalistas – gera uma contradição importante: o fato de sob o capitalismo a produção de valores de uso constituir-se como meio para a produção de mais-valor, não significa que o aumento da quantidade de valores de uso produzidos decorrente do incremento da produtividade equivalha automaticamente a um incremento da produção de mais-valor pelo capital – ou de outro modo, da produtividade do capital. Como sinalizamos, o mais-valor não é produzido pelo capital investido como um todo, mas somente pela parte do capital correspondente à força de trabalho – capital variável. Somente o consumo produtivo da força de trabalho é capaz de gerar mais-valor. Isto é mais um problema a ser superado constantemente pelo capital.

CAPÍTULO 2 – A CIRCULAÇÃO DE CAPITAL, SUAS CONTRADIÇÕES E A POSSIBILIDADE FORMAL DA CRISE CAPITALISTA

A seguir, analisamos o modo como Marx considera o processo de circulação enquanto mediação do processo social de reprodução do capital, e por conseguinte, sua compreensão acerca da totalidade do processo de produção capitalista como unidade entre o processo de produção e circulação de capital. Ademais, neste capítulo, também pretendemos apresentar a análise do desenvolvimento da possibilidade formal da crise capitalista tal como exposta pelo alemão.

O “capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação”. Sua “metamorfose de larva em borboleta [...] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação” (MARX, 2017a, 240- 241)). Até aqui, procuramos caracterizar a maneira como o valor e o mais-valor são produzidos. Porém, para compreender o desenvolvimento histórico do capitalismo faz-se necessário avançarmos na apreensão das formas por meio das quais o capital se movimenta. Somente assim poderemos apresentar como leis as tendências consubstanciais do modo de produção capitalista.

Ao longo do capítulo anterior observamos que no processo de produção (P) ocorre a transformação da mercadoria (M) em uma mercadoria (M') dotada de mais-valor. É o processo de produção de mais-valor que dá sentido a todo o movimento. O capital inicia o seu movimento com a compra de meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) – D-M – e o conclui após o intervalo da produção, com a venda da mercadoria dotada de mais-valor (M') e a obtenção pelo capitalista do valor valorizado (D').

No livro 2, diferente do primeiro tomo, no qual Marx estava ocupado com os problemas da produção do valor e do mais-valor no processo produtivo, o alemão analisa aqueles processos relacionados a circulação do valor – D-M e M'-D' – e, que só foram mencionados no livro 1 na medida em que eram necessários para apreensão do processo de produção do capital. Assim, ganham espaço na análise marxiana as “diferentes roupagens sob as quais o capital se apresenta em suas diferentes fases, e que ele, em seus repetidos ciclos, ora assume, ora abandona” (MARX, 2014, p. 107), assim como a possibilidade formal da interrupção do ciclo do capital industrial em diferentes momentos de seu movimento – a crise.

2.1. AS METAMORFOSES DO CAPITAL E SEUS CICLOS

Como destaca Marx (2014, p. 107) no capítulo 1 do livro 2 de *O Capital*, o ciclo do capital “apresenta-se em três estágios”. No primeiro estágio, no âmbito da circulação, o

capitalista “aparece” no mercado de mercadorias e de força de trabalho como comprador (D - M) transformando o seu *capital monetário* nos meios de trabalho (D - Mp) e força de trabalho (D - FT) que aparecerão na produção sob a forma de *capital produtivo* (P). No segundo estágio, a produção do capital propriamente dita, o capitalista consome as mercadorias que obteve por meio da troca, atuando, assim, como produtor capitalista de mercadorias. Tal processo de produção tem como resultado a produção de uma “mercadoria de valor maior que seus elementos de produção”, ou seja, que seu capital produtivo (c+v). Por fim, após a transformação – no âmbito da produção – de seu capital produtivo em mercadorias dotadas de mais-valor (c+v+m) – *capital mercadoria* –, o capitalista retorna ao mercado – circulação – para reconverte-las em dinheiro por meio da venda (M-D).

Quando considerado o plano analítico específico do *ciclo do capital monetário* (D), o movimento tem início na circulação com a compra pelo capitalista dos meios de trabalho e força de trabalho, passando pelo processo de produção (P), no qual, como observado anteriormente, os trabalhadores utilizam os meios de produção para produzir uma mercadoria dotada de mais-valor do que aquele presente nas mercadorias compradas pelo capitalista no primeiro estágio. Por conseguinte, ao retornar à circulação com sua mercadoria já valorizada, o capitalista realiza a operação M-D de modo a retirar da circulação mais-valor do que aquele que lançou na mesma no início do ciclo. Deste modo, a fórmula do capital monetário consiste em D - M...P...M'-D'. Como indicado por Marx, os “pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor” (MARX, 2014, p. 107).

Como destaca Arrizabalo (2014, p. 125, tradução nossa), nas economias em que o mercado opera a distribuição da riqueza socialmente produzida e, em particular, na economia capitalista, na qual tal forma é generalizada, devemos considerar os movimentos D-M e M'-D' de maneira muito cuidadosa, visto que “não estão assegurados de antemão e, no entanto, sua realização é imprescindível para alcançar a valorização do capital”. O estudo desse movimento contribui para a compreensão de elementos decisivos no que tange ao processo de valorização do capital como, por exemplo, as categorias tempo de produção e tempo de circulação, capital fixo e capital circulante, trabalho produtivo e improdutivo, além dos esquemas de reprodução apresentados por Marx que nos “permitem levantar a possibilidade de uma primeira modalidade de crise, a crise de circulação”

Como vimos (MARX, 2017a), o valor da força de trabalho – seu preço – aparece no mercado na forma de salário. O salário pago pela força de trabalho tem uma grandeza de valor menor do que aquela que os trabalhadores são capazes de produzir ao longo do processo de trabalho e valorização do capital. Assim, para utilizarmos o exemplo sugerido por Marx na

seção 1 do livro 2, um conjunto de 50 trabalhadores empregados em uma jornada de trabalho de 10 horas (500 horas de trabalho), ao preço de 3 marcos que correspondem ao produto de cinco horas de trabalho, dão origem a um produto equivalente a 6 marcos. Ou seja, 3 marcos – 250 horas – correspondem ao trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, ao passo que os demais 3 marcos – 250 horas – correspondem ao mais-trabalho. Cabe destacar aqui, que independente da repartição estabelecida entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, para que o processo produtivo transcorra de maneira fluída tanto a “quantidade como o volume dos meios de produção a serem comprados têm de ser suficientes para a aplicação dessa massa de trabalho” (MARX, 2014, p. 109), ou seja, das 500 horas de trabalho. Deste modo, assim que realizadas as relações de troca D – Mp e D – FT,

[...] o comprador não dispõe apenas dos meios de produção e da força de trabalho necessários à produção de um artigo útil. Dispõe também de uma torrente de força de trabalho ou de uma quantidade maior de trabalho do que a necessária para repor o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, dos meios de produção requeridos para a realização ou objetivação dessa quantidade de trabalho: dispõe, portanto, dos fatores necessários à produção de artigos de um valor maior que o de seus elementos de produção, ou seja, de uma massa de mercadorias que contém mais-valor. O valor por ele adiantado na forma-dinheiro [Geldform] encontra-se agora, portanto, numa forma natural, em que ele, como valor prenhe de mais-valor (na forma de mercadorias), pode ser realizado. Em outras palavras: *ele se encontra no estado ou sob a forma do capital produtivo, que tem a propriedade de atuar como criador de valor e mais-valor* (MARX, 2014, p. 109-110, grifos nossos).

Como vemos, o capital produtivo (P) reúne sob sua forma o conjunto dos elementos comprados pelo capitalista no mercado (Mp e FT). Sob o modo de produção capitalista, a circulação de mercadorias D - FT e D - Mp conforma-se, também, como uma das fases do “processo autônomo de circulação do capital”. Nela ocorre o movimento do capital da forma *capital monetário (D)* para a forma *capital produtivo (P)*. Aqui, o “dinheiro aparece, portanto, como o primeiro suporte do valor de capital e, por conseguinte, o capital monetário como a forma em que o capital é adiantado”. Deste modo, do ponto de vista do valor e de sua magnitude, o dinheiro investido como capital no início do ciclo representa o mesmo valor capital que no momento posterior aparece como capital produtivo. Em D - FT e D - Mp, ocorre apenas uma mudança de forma do conteúdo capital, não ocorre criação de mais-valor (MARX, 2014, p. 110).

Na forma de capital monetário, o capital pode exercer funções próprias do dinheiro. A possibilidade de utilização do capital como meio de pagamento e meio universal de compra não “deriva do fato de o capital monetário ser capital, mas sim de ele ser dinheiro”. De outro ângulo, o que transforma as funções do dinheiro em funções do capital é “seu papel determinado no

movimento do capital e também, portanto, o nexo entre a fase em que elas aparecem e as outras fases de seu ciclo”. Sendo assim, no processo D - M o dinheiro passa à forma de mercadorias que conformarão a “forma natural do capital produtivo, forma essa que [...] já traz em si de modo latente, isto é, conforme seja possível, o resultado do processo capitalista de produção” (MARX, 2014, p. 110). É a maneira como o dinheiro é empregado pelo capitalista – investimento em Mp e FT – que determina o conteúdo do movimento, qual seja, o processo de valorização do capital. Como vimos, anteriormente, caso o capitalista gastasse todo o seu dinheiro na forma de renda não haveria acumulação capitalista e, por conseguinte, sua persona como suporte dos interesses do capital também deixaria de existir.

O momento D - FT é “característico da transformação do capital monetário em capital produtivo”, visto que, constitui-se como “condição essencial” para que o valor (D) investido na compra de força de trabalho e meios de produção possa transformar-se no momento da produção em “valor que produz mais-valor” (MARX, 2014, p. 111). Por seu turno, D - Mp é necessário somente na medida em que a força de trabalho o exige para ser realizada no ato da produção. 500 horas de trabalho em condições sociais médias de produção exigem mais meios de produção do que 250 horas.

Em geral, D - FT é visto como característica fundamental do modo de produção capitalista, porém, não porque a força de trabalho é comprada por um valor – salário – mais baixo do aquele que é capaz de produzir a partir do processo de trabalho e valorização do capital – mais-valor –, mas sim, devido a forma pela qual o dinheiro é capaz de comprar a força de trabalho (D - FT) no mercado. Tais visões se restringem e partem da superfície do processo de produção capitalista, a troca. De fato, como afirma o comunista, o “*característico não é que a mercadoria força de trabalho seja comprada, mas que a força de trabalho apareça como mercadoria*” (MARX, 2014, p. 111-112, grifos nossos). Como sabemos, o *aparecimento da força de trabalho como mercadoria e, nesse sentido, como premissa socialmente decisiva da produção capitalista é fruto de um longo processo de acumulação primitiva* – concentração dos meios de produção nas mãos dos não trabalhadores e expropriação da massa dos trabalhadores – caracterizado pela “conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (MARX, 2017a, p. 786).

Para produzir mais-valor, o capitalista necessita antes de mais nada – caso trate-se do início de seu primeiro ciclo como capital monetário ou capital produtivo – ir ao mercado comprar “os meios de produção, as oficinas de trabalho, as máquinas etc., antes de comprar a força de trabalho”, visto que, a força de trabalho só pode ser consumida mediante a disponibilização dos meios de produção necessários ao processo de trabalho e valorização

(MARX, 2014, p. 112). Para o burguês é indiferente de qual parte de seu capital se origina o valor, o que importa é que ao final tenha se realizado o processo D-M-D', a “autovalorização” do valor. Na circulação simples (M-D-M), as formas-dinheiro assumidas pelo valor das mercadorias consistem apenas em mediações da troca de mercadorias que “desaparecem no resultado final do movimento”.

Na circulação D-M-D, ao contrário, *mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor*: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. *O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo*. Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: *capital é dinheiro, capital é mercadoria*. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [abstösst] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro (MARX, 2017a, p. 229-230, grifos do autor).

Como destacado por Marx, no modo de produção capitalista, só é possível ao trabalhador aplicar a sua força de trabalho de maneira produtiva após a sua venda no mercado. Antes da troca (FT - D) o trabalhador encontra-se apartado dos meios de produção e de subsistência, nessa condição ele não pode produzir nem valores de uso necessários à sua reprodução e nem mercadorias para vender e obter renda no mercado. Somente a partir do contato do trabalhador com os meios de produção em posse do capitalista e, nesse sentido, da incorporação da força de trabalho ao capital produtivo de seu comprador, tal como foram incorporados os meios de produção anteriormente, ela se torna capaz de produzir. Na relação de troca estabelecida entre o capitalista (comprador) e o trabalhador (vendedor), o primeiro aparece como proprietário dos meios de produção que constituem os elementos objetivos necessários ao emprego produtivo da força de trabalho. Deste modo, os “meios de produção aparecem diante do possuidor da força de trabalho como propriedade alheia”, ao passo que o “vendedor do trabalho aparece diante de seu comprador como força de trabalho alheia, que tem que se submeter a seu comando, incorporar-se a seu capital, para que este possa atuar realmente como capital produtivo” (MARX, 2014, p. 113).

Por conseguinte, a *relação de classe entre capitalista e assalariado* já está dada no momento da compra e venda da força de trabalho. Aqui, tratamos de uma *relação monetária que tem como pressuposto a existência no mercado do capitalista proprietário dos meios de produção e subsistência em oposição ao trabalhador apartado desses últimos e proprietário*

somente de sua força de trabalho. O dinheiro não aparece como forma de existência do capital em decorrência de sua função de meio de pagamento, ele só pode ser investido na compra da força de trabalho porque ela “encontra-se separada de seus meios de produção [...] e porque essa separação só é superada com a venda da força de trabalho ao detentor dos meios de produção”, de modo que não é o “dinheiro que, pela própria natureza, engendra essa relação, mas, antes, é a existência dessa relação que pode transformar uma simples função do dinheiro numa função do capital” (MARX, 2014, p. 113-114).

Em síntese, na assim chamada acumulação primitiva operou-se uma distribuição no sentido de concentrar os fatores objetivos do processo de trabalho nas mãos do capitalista por meio da expropriação violenta da massa trabalhadora, criando os fundamentos sociais para os movimentos D - FT e D - Mp ou, em outras palavras, criando as condições para que o capital e a força de trabalho pudessem aparecer em oposição um ao outro no mercado. Em cada formação social capitalista tal separação se deu de maneira particular, o que não anula o fato geral de que uma vez estabelecido o modo de produção capitalista, ele não somente reproduz a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho, como também, a “amplia cada vez mais, até transformá-la na situação social imperante”. Por fim, a transformação do capital monetário em capital produtivo só é possível baseada na “existência de assalariados livres numa escala social” (MARX, 2014, p. 115-116). Dito isso, observemos os ciclos mais de perto.

2.2. O CICLO DO CAPITAL MONETÁRIO

Como indicado em largos traços no ponto anterior, da perspectiva do ciclo do capital monetário o movimento do capital tem início com a compra de meios de produção e força de trabalho com dinheiro (D - Mp e D - FT). Para que a circulação do capital seja completada é necessária a ocorrência de uma venda M - D' que possibilite o retorno do dinheiro valorizado às mãos do capitalista. Porém, os movimentos D - Mp e D - FT resultam de imediato na interrupção da circulação do capital adiantado na forma-dinheiro. Na “transformação do capital monetário em capital produtivo, o valor de capital conservou uma forma natural, na qual ele não pode continuar a circular, mas tem de entrar no consumo, mais precisamente no consumo produtivo”. Aqui, a transformação do capital monetário em capital produtivo – primeiro estágio – aparece somente como precursora e “fase introdutória do segundo estágio, da função do capital produtivo” (MARX, 2014, p. 117).

As mesmas circunstâncias que determinam o surgimento da classe de trabalhadores assalariados, também “exigem que toda produção de mercadorias se transforme em produção

capitalista de mercadorias” – produção de mercadorias dotadas de mais-valor (MARX, 2014, p. 118). Segundo Marx, o desenvolvimento da produção capitalista de mercadorias tem um “efeito destrutivo e dissolvente sobre todas as formas anteriores de produção”. Inicialmente, a produção para o mercado é afirmada como primordial e aparentemente não parece afetar o modo de produção estabelecido em determinadas regiões, tal como no primeiro momento da expansão do comércio capitalista sobre a China, a Índia e a Arábia. Em seguida, a partir da expansão comercial a produção capitalista de mercadorias trata de destruir “todas as formas da produção de mercadorias baseadas seja no trabalho dos próprios produtores, seja meramente na venda dos produtos excedentes como mercadorias”.

Ou seja, de início ocorre a universalização da produção de mercadorias que, em seguida, “transforma gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista” de mercadorias. Como afirma Marx, os trabalhadores e os meios de produção são fatores constitutivos de todas as formas sociais de produção, porém, quando separados um do outro, o são apenas em potencial. Para que haja produção, faz-se necessária a combinação dos fatores, de maneira que o “modo particular dessa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social”. Como destaca nosso autor, apesar de toda a empresa produtora de mercadorias constituir-se como exploradora da força de trabalho,

[...] apenas a produção capitalista de mercadorias é um divisor de águas, um modo de exploração que, em seu desenvolvimento histórico e por meio da organização do processo de trabalho e do enorme progresso da técnica, revoluciona a estrutura econômica inteira da sociedade, deixando para trás todas as épocas anteriores (MARX, 2014, p. 118-119).

Segundo Marx, a força de trabalho é mercadoria para o trabalhador assalariado e capital para o capitalista que a comprou no mercado¹. Incorporada ao capital produtivo a força de trabalho, “como forma de existência pessoal desse capital”, opera a conversão dos meios de produção em “formas objetivas do capital produtivo”. Sendo assim, ao contrário do que afirmam as perspectivas a-históricas presentes na economia clássica e vulgar (MARX, 2011), torna-se evidente que nem a força de trabalho, nem os meios de produção são capital por natureza, eles “só assumem tal caráter social específico sob condições determinadas, historicamente desenvolvidas, assim como é apenas sob essas condições que o metal precioso assume o caráter de dinheiro, ou o dinheiro o caráter de capital monetário” (MARX, 2014, p. 119-120).

¹ Cabe lembrar que o trabalhador assalariado não transfere a propriedade de sua força de trabalho ao capitalista no ato da troca, apenas lhe fornece uma jornada de trabalho com duração limitada por contrato e historicamente determinada (MARX, 2017a).

Deste modo, no momento da produção o capital produtivo consome seus próprios elementos (M_p e FT) com o objetivo de produzir uma massa de produtos dotados de mais-valor. Como o capital produtivo é constituído de meios de produção e força de trabalho ($c+v$), a parcela do valor dos produtos criada pelo mais-trabalho e que excede o valor do capital utilizado – mais-valor – aparece na superfície capitalista e aos olhos do economista vulgar como fruto do capital produtivo como um todo, sendo o valor da mercadoria igual ao valor do capital produtivo somado ao mais-valor ($P + m$). Aqui, fica evidente uma das faces da mistificação decorrente das formas que o valor é obrigado a adotar no mercado para perpetuar o movimento do capital. Na situação delineada, efetivamente, o “mais-trabalho da força de trabalho é o trabalho gratuito do capital e cria para o capitalista um valor que não lhe custa equivalente algum” (MARX, 2014, p. 120).

Ao final do processo de produção, a mercadoria – produto do capital produtivo – aparece como capital-mercadoria “forma de existência funcional do valor de capital já valorizado” (M'), pronta para retornar à circulação e concluir o ciclo de valorização do capital. Assim como no caso do capital monetário, onde o capital incorporava a si mesmo as funções do dinheiro, tornando-as funções do capital, quando “reveste a forma de mercadoria, o capital precisa exercer uma função de mercadoria”, faz-se necessária a realização da venda ($M' - D'$), ou seja, a conversão do capital de mercadoria em dinheiro (MARX, 2014, p. 120). Tanto a não ocorrência da conversão da mercadoria em dinheiro, quanto a diminuição do ritmo desse movimento paralisam os demais estágios do ciclo ou pelo menos diminuem a sua velocidade, tornando mais complexa a manutenção da continuidade do processo de valorização do capital. Aqui, os estoques de matérias-primas, mercadorias acabadas e dinheiro (tesouro) cumprem um papel fundamental para tornar mínimas as interrupções do movimento do capital. Como destaca Marx (2014, p. 122-123), o “processo de circulação põe em movimento novas potências de seu grau de eficiência, de sua expansão e contração, potências que são independentes da grandeza de valor do capital”.

Ao considerar o ciclo do capital como um todo, como encadeamento de suas três figuras, Marx observa que no primeiro momento ($D-M$) o capitalista compra artigos úteis no mercado de mercadorias e de trabalho, ao passo que no momento $M' - D'$ coloca suas mercadorias à venda somente no mercado de mercadorias. Nesse último momento, por meio da venda de sua mercadoria, o capitalista retira do mercado um valor maior do que aquele que investiu na compra de seu capital produtivo. Tal fenômeno ocorre apenas e tão somente “porque no mercado ele lança [o capitalista], em mercadorias, um valor maior do que originalmente lhe subtraiu”. No primeiro estágio o valor D é trocado no mercado pelo valor equivalente M que,

por sua vez, é consumido pelo capital produtivo dando origem a uma mercadoria $M' = M + m$ apta para ser trocada no terceiro estágio da circulação de capital por um valor equivalente $D' = D + d$. Deste modo, ao “completar-se o ato $M' - D'$ ”, realiza-se tanto o valor de capital adiantado quanto o mais-valor” (MARX, 2014, p. 123-124). Como destacamos anteriormente, d é o mais-valor produzido pelo trabalhador ao longo do processo de produção capitalista, porém, aparece como algo místico para o capitalista e seus ideólogos como fruto da totalidade de seu capital produtivo (M_p e T), como se os meios de produção – capital constante – também fossem capazes de criar valor e, por conseguinte, mais-valor.

De acordo com Marx o “mesmo ato de circulação $M' - D'$ é diferente para o valor de capital (M) e o mais-valor (m), porquanto expressa, para cada um deles, um estágio diferente de sua circulação, uma fase distinta na série de metamorfoses que devem percorrer no interior da circulação”. Como vimos, o mais-valor é criado no processo de produção, de modo que sua primeira aparição ocorre no mercado de mercadorias e, por conseguinte, na forma-mercadoria. A forma-mercadoria é a primeira forma de circulação do mais-valor e, dessa maneira, o ato $m - d$ constitui-se como “sua primeira metamorfose, que ainda precisa ser completada pelo ato de circulação contrário ou pela metamorfose inversa $d - m$ ”. Concomitantemente, o movimento de circulação $M' - D'$ também inclui a reconversão do valor M investido no início do ciclo pelo capitalista em sua “forma-dinheiro original” ($M-D$), ou seja, a conclusão do ciclo do capital monetário (MARX, 2014, p. 124).

Aqui, o “processo de produção aparece [...] apenas como uma interrupção do processo de circulação do valor de capital” ($D - M \dots P \dots M' - D'$). A circulação do capital só pode retomar o seu curso após a modificação da matéria e do valor do capital no processo de produção. Ao observar os momentos da circulação $D-M$ e $M' - D'$ verificamos que a “dupla mudança de posição da mercadoria em sentido contrário [...] condiciona necessariamente o retorno do valor adiantado como dinheiro a sua forma-dinheiro, isto é, sua reconversão a dinheiro”. (MARX, 2014, p. 125).

Porém, como destaca Marx, no mercado e no quiproquó da economia burguesa, a coisa aparece de outra maneira. O valor D' representa uma mudança qualitativa em relação à D baseada em uma mudança quantitativa: alteração da magnitude do valor. Em D' ($D + d$), o capital adiantado D aparece conservado e realizado como capital “distinguindo-se como tal de d [...] que aparece para ele como seu produto, seu fruto, um incremento gerado por ele mesmo”. Ele só é capital na medida em que realiza com êxito a função de valor (D) que gera mais-valor (d). D só é capital por meio de sua relação com d' com o qual,

[...] se relaciona como com algo posto por ele, como um efeito do qual ele é a causa, como uma consequência da qual ele é o fundamento. Assim D' aparece como quantia de valor diferenciada em si mesma, que se diferencia funcionalmente (conceitualmente) em si mesma e que expressa a relação capital (MARX, 2014, p. 126).

Assim, como ressaltado no livro I de *O Capital* (MARX, 2017a, p. 228, grifos nossos), a circulação simples de mercadorias ($M - D - M$) encontra sua finalidade fora do âmbito da circulação, na “apropriação de valores de uso” para satisfazer as necessidades humanas. Ao contrário, na circulação do dinheiro como capital o processo aparece como “*um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido*”. Aqui, o valor das mercadorias que na circulação simples “atinge no máximo uma forma independente em relação a seus valores de uso [...] se apresenta, de repente, como uma substância em processo, que move a si mesma e para a qual as mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas”. Ele deixa de representar relações entre mercadorias e passa a representar uma “relação privada consigo mesmo” ($D - D'$). Eis a “expressão sem conceito [...] da relação de capital, sob cuja forma o capital realizado aparece em sua expressão monetária” (MARX, 2014, p. 127). Em $D - M...P...M' - D'$ também se observa a expressão sem conceito $M' = M + m$, porém aqui, a relação com a produção não aparece completamente apagada – ela aparece como um produto imediato de P –, ao contrário do que ocorre em D' :

O capital mercadoria, como produto direto do processo de produção capitalista, recorda sua origem e por isso, em sua forma, é mais racional e menos sem-conceito que o capital monetário, no qual todo o rastro desse processo está apagado, uma vez que toda forma particular de uso da mercadoria geralmente se apaga no dinheiro (MARX, 2014, p. 129).

$D' = D + d$ é a forma por meio da qual o capital dinheiro surge na circulação como “dinheiro que gerou dinheiro” (MARX, 2014, p. 128). Em $D - M < T; Mp$, “D circula como dinheiro” e cumpre a função de capital monetário, pois, é somente na forma de dinheiro que ele pode executar a função do dinheiro ou, de outro modo, só com dinheiro torna-se possível ao capitalista individual comprar os meios de produção (Mp) e a força de trabalho (T) – investimento – que se confrontam com ele no mercado, incorporando-os deste modo ao seu capital produtivo (P). Aqui, D “funciona apenas como dinheiro”, mas como trata-se do primeiro movimento do capital na circulação “simultaneamente ele é função do capital monetário” em decorrência da necessidade de transformar o capital na “forma específica de uso das

mercadorias T e Mp, que são compradas”. Em contraste, D’ “expressa o valor de capital valorizado, a finalidade e o resultado, a função do processo cíclico inteiro do capital”.

A quantia de dinheiro que aparece valorizada (D’) ao fim do ciclo do capital monetário é o resultado da venda – realização – da mercadoria (M’) valorizada pelo capital produtivo no momento da produção. Tanto $D' = D + d$ quanto $M' = M + m$ não são mais que diferentes formas por meio das quais o capital se apresenta, “forma-mercadoria e forma-dinheiro, do valor de capital valorizado”. Conformam-se como “capital realizado”, na medida em que, seja na forma-mercadoria, seja na forma-dinheiro o valor de capital passe a existir lado a lado com o mais-valor, um “fruto distinto dele e por ele conservado”, ainda que, como já sinalizado, expresso em uma forma abstrata, “sem conceito da relação entre duas partes de uma soma de dinheiro $[D + d]$ ou de um valor de mercadorias $[M + m]$ ”. Na medida em que, trata-se ora do capital na forma-dinheiro, ora do capital na forma-mercadoria, as especificidades funcionais que os distinguem “não podem ser senão as diferenças entre a função do dinheiro e a função da mercadoria”.

Como indicado anteriormente, após percorrer a primeira fase $D - M < FT; Mp$, o processo de circulação é interrompido pelo processo de produção (P), no qual os meios de produção (Mp) e a força de trabalho (T), comprados pelo capitalista no mercado, “são consumidas como componentes materiais e de valor do capital produtivo” dando origem a uma mercadoria (M’) modificada em seu valor de uso e dotada de um valor maior que o encerrado nos elementos que compõe o capital produtivo. Em seguida, o processo de circulação do capital precisa ser retomado com a operação $M' - D'$. O conjunto da circulação em questão “se apresenta [...] como 1) $D - M_1$, 2) $M'_2 - D'$ ”. Tanto em $D - M$ quanto em $M' - D'$ trata-se da troca de equivalentes, não ocorre nenhuma geração de valor. A “*alteração de valor pertence exclusivamente à metamorfose P, ao processo de produção que assim aparece como metamorfose real do capital, diante das metamorfoses meramente formais da circulação*”. Sendo assim, como destacamos em nossa primeira seção, a forma explícita da circulação do capital é $D - M < FT; Mp \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)$ (MARX, 2014, p. 130-131, grifos nossos):

O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações coerentes e condicionadas umas pelas outras, uma série de metamorfoses, que constituem tantas outras fases ou estágios de um processo total. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação e uma, à da produção. Em cada uma dessas fases encontra-se o valor de capital sob uma forma diferente, que corresponde a uma função distinta, especial. No interior desse movimento, o valor adiantado não apenas se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio conclusivo, volta à mesma forma na qual apareceu no início do processo. *Esse processo, em seu conjunto, é, portanto, um processo cíclico.*

Como vemos, o capital se move em ciclos, nos quais, ora assume a forma de *capital-monetário*, ora a de *capital-mercadoria* que o leva a sua “forma própria” na produção, *o capital produtivo*. Considerado em seu conjunto, o capital que percorre todas as formas destacadas é denominado por Marx como *capital industrial* e “abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista”. Deste modo, o capital-monetário, o capital-mercadoria e o capital-produtivo não são “tipos autônomos de capital”. São “apenas formas funcionais específicas do capital industrial, formas que este assume uma após a outra” (MARX, 2014, p. 131).

De acordo com Marx (2014, p. 132), *o ciclo do capital (D-M-D')* só se desenvolve de maneira normal na medida em que as suas fases se sucedem sem interrupções. Caso o capital paralise o seu movimento na fase D-M, o capital monetário transforma-se em tesouro para o capitalista. Caso a paralisação do movimento ocorra na produção, os meios de produção perdem a sua função e a força de trabalho é colocada em condição de ociosidade. Por fim, caso a interrupção se dê na última fase do movimento (M'- D') as “mercadorias não vendidas e acumuladas bloqueiam o fluxo da circulação”. Nos três casos, *tendo em vista as possibilidades de ocorrência de interrupções do ciclo do capital, observamos o surgimento da possibilidade formal de que ocorram crises de circulação ao longo do processo de acumulação capitalista*.

Segundo nosso autor (Marx, 2014, p. 132), dadas as características do ciclo do capital industrial é “natural que o próprio ciclo se encarregue de imobilizar o capital, por certo tempo” em fases singulares do processo – estoques, fundo de reserva e acumulação etc. Como vimos, ao longo de suas fases o *capital industrial* surge em um momento como *capital-monetário*, em outro como *capital-mercadoria*, ou ainda, na forma de *capital-produtivo*. Somente após ter efetuado a função correspondente a cada uma das formas que adota em seu processo de circulação é que o capital industrial pode passar de uma forma à outra e prosseguir em seu ciclo. Aqui surge um problema que tem implicação significativa para a compreensão da dinâmica da acumulação capitalista e por conseguinte das crises econômicas: a questão da forma particular de circulação do capital fixo.

Como discutido por Marx no capítulo 4 do livro I de O Capital (2017a), os meios de trabalho – parte do capital constante – como as máquinas, participam de maneira renovada em sucessivos processos produtivos, por meio desses processos transferem o seu valor para os produtos pouco a pouco a cada repetição. Tal circunstância determina significativamente o processo cíclico do capital.

Vimos anteriormente que todo processo de produção dá origem a uma mercadoria dotada de valor de uso e valor distinto daqueles presentes nos elementos que compõe o capital produtivo, porém, segundo o alemão, existem “ramos autônomos da indústria em que o produto

do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria”, sendo o “único economicamente importante [...] a indústria de comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas etc”. A mercadoria vendida pela indústria de transporte é o “próprio deslocamento de lugar” que tem a sua utilidade “indissoluvelmente” vinculada ao processo de transporte, ou seja, ao “processo de produção da indústria dos transportes (MARX, 2014, p. 133).

Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado. O efeito útil só pode ser consumido durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de toda e qualquer mercadoria, pelo valor dos elementos de produção nele consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido do mais-valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria dos transportes (MARX, 2014, p. 133-134).

Com relação ao consumo dos transportes, a coisa ocorre da mesma maneira que com as demais mercadorias. Caso o transporte seja consumido de maneira individual, seu valor desaparece no ato do consumo. Por outro lado, se consumido produtivamente – ou seja para produzir mais-valor –, como parte dos meios de produção das mercadorias transportadas, transfere valor a essas últimas, assim como as máquinas o fazem na produção, por exemplo, de tecidos. Deste modo, considerada a particularidade do setor de transporte que foi destacada, a fórmula da indústria do transporte consiste em $D-M < T; Mp \dots P-D'$, visto que, “aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto separado” e, nesse sentido “D’ é aqui a forma modificada do efeito útil engendrado durante o processo de produção” (MARX, 2014, p. 134).

Segundo Marx (2014, p. 134), o capital industrial – abrangendo todo ramo de produção explorado de modo capitalista – constitui-se como o “único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação”. É ele que condiciona o “caráter capitalista da produção”. Nele está incluída a “oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados”.

Como salientado nos pontos anteriores, conforme o capital amplia o seu domínio sobre a produção social, ocorre um revolucionamento da técnica, da organização social do processo de trabalho e, com isso, do “tipo histórico-econômico da sociedade”. Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, tanto o capital comercial, quanto o capital usurário – formas “antediluvianas” do capital (MARX, 2017a, p. 239) – são subordinados ao movimento do capital industrial e “são por ele modificadas no mecanismo de suas funções”. Quando aparecem como agentes de um ramo específico de negócios, lado a lado com o capital

industrial, capital-monetário e capital-mercadoria “são apenas modo de existência – autonomizados e unilateralizados pela divisão social do trabalho – das diferentes formas funcionais que o capital industrial ora assume, ora abandona no interior da esfera da circulação” (MARX, 2014, p. 134).

De maneira sintética, para Marx (2014, p. 135-136), o ciclo do capital monetário D-M...P...M'-D' tem como características fundamentais 1) o início e o fim do ciclo sob a forma-dinheiro, ou seja, como forma-dinheiro do capital-monetário que, sem nenhuma consideração pelo valor de uso, se movimenta com a finalidade una de autovalorização. Justamente, por ser a “forma de manifestação independente e palpável” do valor é que a circulação D...D’, o “ato de fazer dinheiro, expressa do modo mais palpável a mola propulsora da produção capitalista”. Aqui, o “processo de produção aparece apenas como inevitável elo intermediário, um mal necessário ao ato de fazer dinheiro”. Não à toa, nos países em que o modo de produção capitalista é dominante, “periodicamente” surge a “ilusão de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção”; 2) o processo de produção (P) aparece como interrupção das duas fases da circulação – D-M e M'- D’ – e, “formal e expressamente, como aquilo que ele é no modo de produção capitalista: um simples meio para a valorização do valor adiantado, o que significa dizer que o objetivo último da produção é o enriquecimento” e, por fim; 3) como dito acima, o dinheiro é a forma independente e palpável do valor e, nesse sentido, o “valor do produto em sua forma-valor independente, na qual se apaga todo e qualquer rastro do valor de uso das mercadorias”.

Deste modo, D... D’ é caracterizado, por um lado, pelo valor do capital constituir o seu ponto de partida e, o valor de capital adicionado de mais-valor ser o seu ponto de chegada e, por outro, por sua expressão como dinheiro que gera dinheiro. A “criação de mais-valor por meio do valor é não apenas expresso como o alfa e ômega do processo como também aparece concretamente na forma reluzente do dinheiro” (MARX, 2014, p. 136), ofuscando as demais determinações do processo capitalista de produção.

O ciclo do capital é formado pela unidade entre a circulação e a produção. No início do processo (D-M), a circulação possibilita que o capital adote a forma necessária – meios de produção e força de trabalho – para atuar no processo de produção como capital produtivo; já no segundo momento, ela permite que o capital abandone, por meio da venda, a forma de mercadoria valorizada (M’), retornando a forma dinheiro (D'= D + d) na qual torna-se possível distinguir o “próprio ciclo de capital da circulação do mais-valor por ele criado”. Assim, o “ciclo do capital monetário é [...] a forma de manifestação mais unilateral e, por isso, a mais palpável e mais característica do ciclo do capital industrial. Cuja finalidade e motivo propulsor

– a valorização do valor [...] apresentam-se aqui numa forma evidente”. Para além disso, em D-M fica ressaltado que os elementos constituintes do capital produtivo só podem ser encontrados no mercado, de modo que, a circulação e o comércio configuram-se como “elementos condicionantes do processo capitalista de produção”. Por fim, o ciclo do capital monetário “só surge por meio da circulação, pressupõe esta última” (MARX, 2014, p. 138).

Dados os prazos curtos nos quais necessita ser renovado o pagamento dos salários aos trabalhadores, o “capitalista e seu capital têm de confrontar-se constantemente com o trabalhador, sob as respectivas formas de capitalista monetário e capital monetário” (MARX, 2014, 139).

A fórmula D-M...P...M'-D' ($D + d$) “possui um caráter ilusório, que provém da existência do valor adiantado e valorizado em sua forma-equivalente, o dinheiro”. Na mesma, a ênfase recai sobre a forma-dinheiro presente no processo, enquanto o processo efetivo de valorização do valor na produção é secundarizado. O que realmente importa é que “no fim, mais valor é retirado da circulação do que nela fora inicialmente colocado”.

O assim chamado sistema monetário é mera expressão da forma sem-conceito D-M-D', de um movimento que transcorre exclusivamente na circulação e, por isso, só pode explicar as duas operações 1) D-M e 2) M-D' com base no argumento de que M, na segunda operação, é vendida acima de seu valor e, assim, mais dinheiro é retirado da circulação do que nela foi colocado por meio de sua compra. Ao contrário, D-M...P...M'-D', fixada como forma exclusiva, constitui a base do sistema mercantil mais desenvolvido, em que não apenas a circulação, mas também a produção de mercadorias aparece como elemento necessário (MARX, 2014, p. 139-140).

Como vemos, o sistema monetário é apenas uma expressão da forma abstrata D-M-D', de um movimento encerrado no âmbito da circulação e, que por isso, só pode oferecer como explicação para o lucro oriundo das operações de compra e venda executadas pelo comerciante, a equivocada noção de que a mercadoria é “vendida [pelo comerciante] acima de seu valor e, assim, mais dinheiro é retirado da circulação do que nela foi colocado por meio de sua compra [do comerciante]”.

De acordo com nosso autor, a forma do ciclo D-M...P...M'-D', é a “base do sistema mercantil mais desenvolvido”, no qual, tanto a circulação, quanto a produção “aparecem como elemento necessário”. O ciclo como um todo pressupõe a existência do trabalhador assalariado apartado dos meios de produção e subsistência de um lado, e do outro, os meios de produção como parte do capital produtivo em posse do capitalista, ou de outro modo, pressupõe o “processo de trabalho e de valorização, ou seja, o processo de produção já como função do capital”, assim como, o “regime social específico por ele condicionado”. Em segundo lugar, na repetição do movimento D... D', o “retorno à forma-dinheiro tende a desaparecer, do mesmo

modo como a forma-dinheiro, no primeiro estágio D-M, desaparece para dar lugar a P”. O dinheiro constantemente colocado em circulação pelo capitalista para comprar os meios de produção e a força de trabalho, assim como o seu retorno na forma-dinheiro ao capitalista “aparecem como simples momentos que tendem a desaparecer no interior do ciclo” (MARX, 2014, p. 140).

Como destaca Marx (2014, p. 140), a observação da sequência de repetições do *ciclo monetário* D – M...P...M’ – D’. D – M...P...M’ – D’. D – M...P...M – D’... revela que já em sua segunda repetição, “antes que o segundo ciclo de D esteja completo”, tem início o ciclo do *capital produtivo* P...M’-D’. D-M...P, de modo que, a partir daqui, torna-se possível representar “todos os demais ciclos [...] sob a forma de capital produtivo”. Nessa última forma, a primeira fase do primeiro ciclo do capital monetário D-M “constitui apenas um evanescente do ciclo constantemente repetido do capital produtivo”. Eis a situação em que se encontra o capital industrial, quando da primeira vez que é investido na forma de capital monetário. De outro ângulo, “antes que o segundo ciclo de P esteja concluído”, inicia-se o primeiro ciclo do *capital mercadoria* M’-D’. D-M...P...M’. Assim, torna-se claro que as formas capital produtivo e capital mercadoria já estão contidas em potencial na forma do capital monetário que não é apenas uma “simples expressão de valor, mas expressão de valor na forma-equivalente, em dinheiro”.

O ciclo do capital monetário é a forma geral do ciclo do capital industrial, sempre tendo como pressuposto o modo de produção capitalista, isto é, no interior de um regime social determinado pelo modo de produção capitalista. O processo capitalista de produção é, assim, pressuposto como um prius[s], seja dentro do primeiro ciclo do capital monetário de um capital industrial investido pela primeira vez, seja fora dele; a existência constante desse processo de produção pressupõe o ciclo constantemente renovado de P...P. Esse mesmo pressuposto aparece já no interior do primeiro estágio D-M<TMp [D-T e D-Mp], uma vez que, por um lado, isso pressupõe a existência da classe assalariada e, por outro, o que na primeira fase é D-M para o comprador dos meios de produção é M’-D’ para seu vendedor; logo, que em M’ o capital-mercadoria e a própria mercadoria estão pressupostos como resultado da produção capitalista e, com eles, a função do capital produtivo (MARX, 2014, p. 141).

Por fim, como delineado por Marx, o ciclo do capital monetário constitui a “forma geral do ciclo do capital industrial [...] no interior de um regime social determinado pelo modo de produção capitalista”. Sendo assim, aqui o desdobramento tranquilo do processo capitalista de produção é pressuposto. Isso já se revela no interior da compra pelo capitalista da força de trabalho e dos meios de produção, na medida em que, por um lado, está pressuposta a existência da “classe assalariada” sempre à disposição do capital e por outro, que a fase D-Mp para quem compra os meios de produção corresponde a fase M’-D’ de um outro capital. Deste modo, temos

que em M' o capital mercadoria, a própria mercadoria e a função do capital produtivo estão pressupostas como resultado da produção capitalista. Observados os elementos tratados nesse ponto, avancemos em nossas considerações acerca do tratamento dado por Marx ao ciclo do capital produtivo.

2.3. O CICLO DO CAPITAL PRODUTIVO

À primeira vista, o ciclo do capital produtivo P...M'-D'. D-M...P – forma sob a qual a economia política clássica considera o ciclo do capital industrial – apresenta como características 1) o fato de o processo de circulação do capital industrial como um todo conformar-se apenas como uma interrupção do processo produtivo, como uma mediação entre o capital produtivo que inicia o ciclo e aquele que o conclui e reinicia; 2) enquanto no ciclo do capital monetário a circulação toda aparecia como D-M-D, no ciclo do capital produtivo a circulação corresponde a M-D-M, “forma simples da circulação simples de mercadorias” (MARX, 2014, p. 143). Tal forma de ciclo “não revela a valorização como escopo do processo”, daí o seu caráter adequado as proposições da economia clássica. Visto que D e d “aparecem aqui apenas como meio efêmero de circulação, as peculiaridades tanto do dinheiro, quanto do capital monetário podem ser deixadas de lado”, e o “processo inteiro” pode aparecer sob a pena da economia política clássica “como um processo simples e natural, isto é, dotado da naturalidade do racionalismo raso” (MARX, 2014, p. 170).

O primeiro ciclo do capital monetário se conclui com $D' = D + d$, não importando o que será feito com o dinheiro após a conclusão. Aqui, tal problema só precisaria ser abordado na medida em que considerássemos o ciclo do capital monetário em seu processo de renovação. Já no caso do ciclo do capital produtivo, o problema precisa ser resolvido logo de início, visto que “disso depende já a determinação de seu primeiro ciclo, e porque M'-D' aparece nele como primeira fase da circulação, que precisa ser completada por D-M”. Nesse ciclo, a decisão acerca do que fazer com D’ “determina se a fórmula representa uma reprodução simples ou uma reprodução em escala ampliada”, ou seja, tal decisão pode alterar o caráter do ciclo (MARX, 2014, p. 144).

Segundo Marx (2014, p. 147-148), considerando a reprodução simples – separação completa entre d-m e D-M –, como tanto a circulação do mais-valor m-d-m, quanto a do capital adiantado M-D-M se desenvolvem no âmbito da circulação de mercadorias – não apresentando nenhuma diferença de valor entre os seus extremos – torna-se fácil para os economistas vulgares apresentarem o processo capitalista de produção “como simples produção de mercadorias, de

valores de uso destinados a um tipo qualquer de consumo, que o capitalista só produz para [...] trocá-los por mercadorias de outro valor de uso” sem interesse pelo valor de troca². Nada mais equivocado de uma perspectiva marxiana.

Conforme destaca nosso autor, M aparece desde o início como capital mercadoria, e o objetivo de valorização do valor que orienta todo o processo, não implica de maneira nenhuma a exclusão do consumo individual do capitalista e, nem do crescimento deste último em consonância com o aumento da grandeza do mais-valor extraído da classe trabalhadora. O consumo individual do capitalista está incluído no processo. Ou seja, a acumulação de valor nas mãos do capitalista não deve sua origem aos sacrifícios feitos pela classe proprietária dos meios de produção que abre mão do consumo para enriquecer. Muito pelo contrário, para Marx, tal classe enriquece desembolsando dinheiro, ao colocá-lo em escala ampliada na circulação.

Na circulação do dinheiro do capitalista como renda (consumo individual do capitalista), a mercadoria m, parte do produto M' produzido, é trocada pelo capitalista com vistas a obter o dinheiro que em seguida será transformado “numa série de mercadorias destinadas ao consumo privado”. Como não nos deixa esquecer Marx, cabe destacarmos que m é um valor que nada custou ao capitalista, é uma expressão do mais-trabalho oriundo da exploração da força de trabalho, do consumo dessa última na produção. Nesse sentido, o valor m só existe vinculado à produção capitalista, ao ciclo do capital industrial em “processo de realização”. Caso esse ciclo seja paralisado em um de seus momentos constitutivos, ou enfrente perturbações que dificultem o seu fluxo contínuo, tanto o consumo de m pelo capitalista é restringido, como também a “venda da série de mercadorias que constituem a reposição de m. O mesmo ocorre se M'-D' fracassa ou só se consegue vender uma parte de M’”. Aqui Marx, nos apresenta mais um exemplo de como a possibilidade formal de que ocorram crises já se apresenta nas próprias formas que o movimento do capital é obrigado a descrever em seu processo cíclico (MARX, 2014, p. 148).

Como observa o comunista, uma mercadoria M' qualquer – no exemplo de Marx o linho –, no interior da circulação em geral “funciona somente como mercadoria”, porém “como momento da circulação do capital” ela “funciona como capital-mercadoria, uma forma que o valor de capital assume ou abandona alternadamente”. No momento em que é vendida ao comerciante, a mercadoria M' é excluída do processo cíclico do capital industrial que a produziu e, permanece presente no âmbito da circulação geral nas mãos do comerciante. A mercadoria continua circulando, apesar de ter “deixado de constituir um momento no interior

² Aqui a crítica de Marx se volta para os autores como MacCulloch, Macleod, Roscher, Malthus, Senior e Scrope, também criticados no livro I e III de *O Capital* (2017a; 2017b).

do ciclo autônomo do capital do fiaudeiro”. Sendo assim, a metamorfose definitiva da mercadoria lançada pelo capitalista na circulação, a “sua entrada final na esfera do consumo, pode [...] estar completamente apartada, tanto no espaço quanto no tempo” da metamorfose na qual serviu como capital-mercadoria ao capitalista industrial. A metamorfose realizada pelo capital industrial em sua circulação, também precisa ser realizada no processo de circulação em geral (MARX, 2014, p. 148-149).

Em síntese, como afirma Marx, a circulação em geral comprehende “tanto o entrelaçamento dos ciclos das diferentes frações autônomas do capital social – isto é, a totalidade dos capitais individuais – como a circulação de valores [...] que se destinam ao consumo individual” (MARX, 2014, p. 149).

Segundo nosso autor, sob condições de reprodução simples, a relação entre o ciclo do capital como parte da circulação geral e o mesmo ciclo da perspectiva do ciclo autônomo do capital é evidenciada quando “consideramos a circulação de $D' = D + d'$ ”, na qual, por um lado, ao reinvestir D , na forma de capital monetário, o capitalista dá prosseguimento ao ciclo de seu capital e, por outro, ao utilizar d como renda, em seu consumo individual, coloca valor na circulação geral, retirando esse último do ciclo do capital. Segundo Marx, atribuir ao movimento $m-d-m$ realizado pelo capitalista para atender ao seu consumo individual – troca de valor de uso por valor de uso – o “caráter de ciclo característico do capital” é “próprio do cretinismo da economia vulgar” (MARX, 2014, p. 149).

A diferença temporal entre a execução da venda feita pelo capitalista industrial ao comerciante $M-D$ e a nova compra $D-M$ “pode ser mais ou menos considerável” (MARX, 2014, p. 150-151). Apesar de D conformar-se como valor universal (abstrato) capaz de transformar-se em todo tipo de mercadoria, pode ocorrer, por exemplo, que as mercadorias demandadas por D ainda não existam no mercado, e desse modo o ciclo do capital se vê paralisado, até que as mercadorias específicas – valores de uso – necessárias sejam produzidas por outros capitais em operação nos diversos ramos da economia, possibilitando a reconversão de D em M . *Mais uma vez, das formas adotadas pelo movimento do capital surge a possibilidade formal da paralisação e, por conseguinte, de crise do processo de produção capitalista.*

Como sinaliza nosso autor, no ciclo do capital produtivo, o capital monetário, seja quando utilizado como meio de pagamento, seja como meio de circulação, cumpre somente a função de mediação entre a mercadoria M e os meios de produção e força de trabalho necessários à sua produção, ou seja, o capital monetário “se limita, em última instância, a mediar a reconversão do capital-mercadoria em capital produtivo (MARX, 2014, p. 151-152).

Aqui, para que o ciclo se desenvolva normalmente – sem interrupções –, Marx parte de considerar que a mercadoria valorizada M' é vendida exatamente pelo seu valor. Além disso, nas condições apresentadas por nosso autor, o movimento M-D-M “implica não apenas a substituição de uma mercadoria por outra, mas também a substituição nas mesmas condições de valor” – a variação das forças produtivas é abstraída nesse momento da reflexão. *Porém, Marx nos alerta que os próprios pressupostos de sua análise não são verificáveis na realidade, visto que, os “valores dos meios de produção variam”.* É “*justamente característica da produção capitalista a mudança constante das condições de valor, nem que seja por meio da mudança constante operada na produtividade do trabalho que caracteriza a produção capitalista*”. A norma é o desequilíbrio e a constante mudança nas condições de valor (MARX, 2014, p. 152, grifos nossos).

Dito isso, no ciclo do capital produtivo, temos que o consumo dos elementos que integram esse capital no momento da produção dá origem a uma mercadoria M' que só pode ser reconvertida nos elementos constituintes do capital produtivo na esfera da circulação. O ciclo do capital produtivo é mediado pela “metamorfose simples das mercadorias”, porém, o conteúdo do movimento é “um momento do processo de reprodução como um todo” (MARX, 2014, p. 152). *Aqui, M-D-M serve de veículo para a circulação do capital.* Nessa condição, para que M-D-M possa se “realizar normalmente” as mercadorias precisam ser vendidas por seus valores, assim como não pode ocorrer mudanças do valor das mesmas enquanto durar o ciclo em questão. Como vimos acima, o próprio Marx reconhece que o valor das mercadorias é modificado a todo momento – os pressupostos marxianos não se aplicam ao movimento real –, o capitalismo revoluciona constantemente os seus métodos, elevando por essa via a produtividade do trabalho, o que mais uma vez coloca no horizonte a possibilidade formal da eclosão de crises econômicas. Na medida em que os pressupostos analíticos postos por Marx não se verificam na realidade, o ciclo econômico “não pode se realizar normalmente”.

Conforme Marx, a “aparência de independência que a forma-dinheiro do valor de capital” assume no ciclo do capital monetário “desaparece” no ciclo do capital produtivo. Esse último, “constitui, assim, a crítica da forma I [capital monetário] e a reduz a uma mera forma particular”. Como indicamos anteriormente, caso o capital monetário D não encontre os meios de produção – valores de uso específicos exigidos para uma determinada produção – a disposição no mercado o “ciclo, o fluxo do processo de reprodução é interrompido, do mesmo modo como ocorreria se o capital fosse imobilizado na forma do capital-mercadoria”. Porém, devemos atentar para dois aspectos que diferenciam a paralisação do processo no ciclo do capital monetário da sua ocorrência no ciclo do capital-mercadoria. Na forma-dinheiro o capital

“pode se fixar por mais tempo do que em sua perecível forma-mercadoria anterior”, o dinheiro não perde seu valor de uso como dinheiro por não estar operando na forma de capital-monetário, ao passo que, as mercadorias acumuladas nos armazéns nos momentos de crise, a depender do tempo que ficam encalhadas, chegam a seu vencimento perdendo o seu valor de uso e com isso seu caráter de mercadoria, deixando de representar valor. Por outro lado, a forma-dinheiro é muito mais flexível que a forma mercadoria, o que lhe garante a possibilidade de “assumir, em vez de sua original forma original de capital produtivo, outra forma, ao passo que como M’ ele não sai do lugar” (MARX, 2014, p. 153).

O movimento D-FT não é apenas uma troca de mercadorias, trata-se da compra pelo capitalista de uma mercadoria com o objetivo de produzir mais-valor a partir da incorporação da mesma ao seu capital produtivo, ao passo que, o movimento “D-Mp é apenas o procedimento materialmente indispensável à consecução dessa finalidade”. Os meios de produção são necessários para que o capitalista possa extrair o mais-trabalho ao longo do processo de produção.

A forma explícita do ciclo do capital produtivo consiste em P...M’- D’- M...P, no qual $M' = M + m$; $D' = D + d$ e $M = FT$ e Mp . A transformação do capital monetário em capital produtivo consiste na “compra de mercadorias para a produção de mercadorias” (D-M). O consumo só participa do ciclo do capital em questão na medida em que se trate de consumo produtivo, “sua condição é que, mediante as mercadorias assim consumidas, crie-se mais-valor”. Tal tipo de produção é “muito diferente da produção [...] cuja finalidade é a existência dos produtores”. *A troca de mercadorias, quando “condicionada pela produção de mais-valor, é totalmente diferente da troca de produtos”, nela surge a possibilidade da manifestação das crises de superprodução.*

O volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demanda, de necessidades a serem satisfeitas. A produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado (MARX, 2014, p. 155).

Como vemos, é a escala da produção e sua constante necessidade de expansão que determinam o volume das mercadorias criadas sob o modo de produção capitalista. De maneira alguma a produção capitalista pode ser determinada pelas leis da oferta e da demanda, ou pelas “necessidades a serem satisfeitas”. Todo o movimento é determinado pela busca da expansão da produção de mais-valor, daí a ampliação da escala de produção. Sendo assim, dada a magnitude da produção em massa oriunda da busca desenfreada pela valorização do valor, a

mesma só pode encontrar compradores à altura de suas necessidades expansivas na figura dos demais capitalistas industriais ou na figura do comerciante atacadista.

Aqui Marx destaca um ponto importante para o estudo das crises. Como vimos, por meio da venda da mercadoria M' pelo capitalista ao comerciante, o capital dá continuidade ao seu ciclo e a mercadoria sai desse último, permanecendo em movimento no âmbito da circulação. Apesar da continuidade do movimento de M' nas mãos do comerciante, o capital que a originou já foi realizado – somente parte do valor é realizada pelo capitalista industrial, sendo necessária a intervenção do capital comercial para que a totalidade do valor de M' seja realizada – e já se encontra pronto para ser reinvestido na compra de mais meios de produção e força de trabalho para voltar a operar como capital produtivo. Ele não é afetado em nada pela continuidade do movimento da mercadoria na circulação, porém, o que ocorreria se o movimento de M' fosse interrompido? Se as mercadorias ficasse paralisadas nos estoques do comerciante?

Como já foi dito, o consumo das mercadorias não faz parte do ciclo do capital que as originou. No movimento de venda da mercadoria M' o capitalista industrial metamorfoseia o seu capital na forma-dinheiro – capital monetário – na qual pode voltar a comprar os meios de produção e a força de trabalho, tornando-os elementos constitutivos de seu capital produtivo. Quando as vendas ocorrem de maneira fluida, tudo corre de maneira normal para o produtor capitalista, e seu capital segue o ciclo de maneira tranquila. Caso o processo seja ampliado, o que “implica o consumo produtivo ampliado dos meios de produção” e da força de trabalho, a “reprodução do capital pode ser acompanhada da ampliação do consumo (portanto da demanda) individual do trabalhador”, tendo em vista que o processo em questão é “introduzido e mediado pelo consumo produtivo”. Porém, como sugere Marx, em alguns momentos, podem haver situações nas quais aconteça um crescimento da produção de mais-valor, acompanhado do aumento do consumo individual do capitalista, encontrando-se o “processo inteiro de reprodução [...] em plena florescência e, no entanto, haver uma enorme massa de mercadorias que só aparentemente” ingressaram na esfera do consumo, mas, na “realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários; ou seja, mercadorias que, de fato, ainda se encontram no mercado” (MARX, 2014, p. 155).

Conforme vão se acumulando os estoques, a chegada de novas levas de mercadorias ao mercado vai tornando evidente que a “leva anterior só foi aparentemente absorvida pelo consumo”. A concorrência entre os diferentes capitais no mercado se intensifica. Os mais atrasados são obrigados a vender as mercadorias abaixo dos preços praticados no momento anterior. Os estoques permanecem abarrotados “enquanto vencem os prazos de pagamento das

mercadorias”. Com o objetivo de “pagá-las, seus possuidores têm de se declarar insolventes ou vendê-las por qualquer preço”. Como podemos notar, tal venda não é uma resposta à demanda real existente, mas sim expressão da necessidade urgente de transformar as mercadorias em dinheiro. Nesse marco, no auge da espiral deflacionária, a crise eclode se apresentando “não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital” (MARX, 2014, p. 155).

Como destaca Marx (2014, p. 158), todo o caráter da produção capitalista é determinado em primeira instância, pela “produção do máximo possível de mais-valor; em segundo lugar [...] pela produção de capital, isto é, pela transformação de mais-valor em capital”. Como analisado no capítulo 23 do livro I de O Capital (2017a), sob o modo de produção capitalista, os capitalistas individuais são impelidos pela concorrência intercapitalista a investir em inovações tecnológicas no processo produtivo, seja em *máquinas*, seja em *capital fixo* em geral. Desenvolve-se como lei geral da acumulação capitalista uma tendência de aumento da composição orgânica do capital – aumento da parte constante do capital investido em relação a sua parte variável – que gera um processo cada vez mais ampliado de concentração e centralização da riqueza em um polo da formação social capitalista e multiplicação da superpopulação relativa, da miséria e da fome no outro polo. Nas palavras do alemão:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2017a, p. 719-720).

Por fim, a ampliação consubstancial da mecanização da produção colocada em curso pela acumulação capitalista acarreta cada vez maiores dificuldades ao processo de valorização do capital. Tais dificuldades encontram-se na origem da lei tendencial de queda da taxa de lucro apresentada por Marx nos capítulos XIII e XIV do Livro III de O capital. O fato dessa lei tendencial decorrer da própria ampliação da acumulação nos permite compreender o caráter crescentemente contraditório do modo de produção capitalista.

2.4. O PROBLEMA DO CAPITAL FIXO

A dinâmica das leis gerais esboçadas acima, evidencia o papel significativo que o investimento em capital fixo cumpre no movimento do capital considerado em sua totalidade, ou seja, para o conjunto dos capitalistas individuais no entrelaçamento de seus ciclos de acumulação. Aqui, cabem algumas considerações acerca das características do capital fixo e de sua rotação específica.

De acordo com Marx (2014, p. 201), parte do capital constante é composta de meios de produção, na forma de máquinas e instalações que, em geral, são utilizadas no processo produtivo por anos ao longo dos “mesmos processos de trabalho que se repetem continuamente”. Mesmo quando da interrupção periódica do processo de trabalho no período noturno, a parte do capital considerada permanece nos locais de produção sofrendo a ação do tempo, se desgastando e, com isso, se desvalorizando enquanto capital. Eles “pertencem a esses locais não só quando ativos, mas também quando inativos”. *Essa parte do capital é fixa, na medida em que tem como característica a permanência constante no processo de produção e a transferência paulatina de seu valor para as mercadorias.* O processo cíclico imbricado no capital fixo tem implicações significativas para a continuidade do ciclo do capital.

Aqui, é importante salientar que, dada a dimensão dos valores envolvidos no processo de renovação do capital fixo, cada “período de inovação técnica radical aparece, dessa maneira, com um período de repentina aceleração da acumulação de capital” (MANDEL, 1982, p. 79).

Como destaca Mandel (1982, p. 76-77), a renovação do capital fixo no momento do investimento “não apenas explica a extensão do ciclo econômico, mas também o momento decisivo subjacente à reprodução ampliada como um todo, o momento da oscilação ascendente e da aceleração da acumulação de capital”. Segundo o autor, o que é característico do capitalismo é o fato de que “cada novo ciclo de reprodução ampliada começa com máquinas diferentes das do ciclo anterior”, expressando assim, a busca dos capitalistas individuais em concorrência pelos superlucros obtidos por meio da diminuição de seus “custos de produção” e do barateamento do “valor das mercadorias mediante inovações técnicas” relativamente aos demais competidores. Deste modo, a “renovação do capital fixo implica, assim, renovação a um nível mais alto de tecnologia” em três sentidos:

Em primeiro lugar, o valor das máquinas mais novas constituirá uma parte componente maior do capital total investido, isto é, a lei da crescente composição orgânica do capital prevalecerá nesse caso. Em segundo lugar, as máquinas mais novas serão compradas unicamente se o custo de aquisição e os valores que elas deverão transmitir ao processo produtivo em marcha não criarem obstáculos aos

esforços do “capitalista para conseguir um lucro, isto é, se a poupança em trabalho vivo pago exceder os custos adicionais do capital fixo ou, mais precisamente, do capital constante total. Em terceiro lugar, as máquinas só serão compradas se não apenas pouparem trabalho, mas também pressionarem os custos totais de produção para um nível inferior à média social, isto é, somente se elas representarem uma fonte de superlucros ao longo de todo o período de transição – até que essas novas máquinas determinem a produtividade média do trabalho em determinado ramo da produção.

Como vemos, em primeiro lugar, as novas máquinas empregadas pelos capitalistas significam um aumento da composição orgânica do capital tal como delineado por Marx na lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, manifesta-se uma tendência para a ampliação da composição orgânica do capital ao longo do movimento cíclico da acumulação capitalista. Em segundo lugar, os capitalistas só investem em novas máquinas na medida em que os custos de aquisição dessas máquinas forem menores do que o valor que seria despendido com força de trabalho para efetuar o mesmo processo produtivo. Por fim, para serem compradas, as máquinas não apenas devem poupar trabalho, como também, precisam contribuir para rebaixar os custos de produção abaixo da média estabelecida socialmente, de modo a possibilitar a obtenção pelo capitalista inovador de um superlucro – decorrente de seu diferencial de produtividade em relação aos demais – ao longo de todo o processo de transição – equalização das taxas de lucro e formação do lucro médio – “até que essas novas máquinas determinem a produtividade média do trabalho em determinado ramo da produção”.

Como já sinalizava Marx (2014, p. 162-163), dadas as somas vultosas exigidas para a *renovação periódica do capital fixo*, surge a necessidade do *entesouramento*. A forma do tesouro pré-capitalista “não é mais do que a forma do dinheiro que não se encontra em circulação, do dinheiro que teve a sua circulação interrompida”. Sob o *capitalismo, o tesouro surge como capital monetário e o ato de entesourar torna-se um processo necessário à manutenção da continuidade do ciclo do capital*. Para que o ciclo não experimente interrupções indesejadas, a cada ciclo, parte do capital precisa ser imobilizada no tesouro assumindo a forma de capital monetário-latente. Estamos diante de um estágio preparatório no qual o capital monetário ainda não está apto para exercer sua função. Somente quando o tesouro alcança a quantia exigida para fazer os investimentos necessários ocorre a “transformação do mais-valor em capital efetivamente operante”. Aqui o tesouro já não é mais o capital monetário interrompido em sua função de outrora, “mas capital monetário ainda não apto ao exercício de sua função”.

O volume que deve ser atingido pelo tesouro para entrar no processo de acumulação é “determinado pela composição de valor que o capital produtivo apresenta em cada caso” (MARX, 2014, p. 163), de modo que, o tempo para que se acumule o capital necessário para o

investimento na renovação do capital fixo pode variar, daí a importância das formas históricas adotadas pelo capital bancário no financiamento de grandes inversões de capital.

Mandel (1982, p. 79), em acordo com a colocação marxiana anterior, chama a nossa atenção para o fato de que o “subinvestimento periódico de capital” ao longo do movimento cíclico que caracteriza o modo de produção capitalista expressa o “inevitável colapso periódico da taxa média de lucro, mas, ao fazê-lo, começa também a frear o declínio”. O processo de subinvestimento contribui para a criação de um fundo de reserva do capital que possibilita o desenvolvimento de uma acumulação adicional para além da “reprodução ampliada ‘normal’”, permitindo assim uma “renovação fundamental na tecnologia produtiva” ao fim de uma sequência de ciclos caracterizados pela baixa taxa de investimento. Como sintetiza nosso autor,

[...] sob condições “normais” de produção capitalista, os valores liberados ao fim de um ciclo de 7 ou 10 anos são certamente suficientes para a compra de mais máquinas, e máquinas mais caras, que as em uso no início desse ciclo. No entanto, eles não bastam para a aquisição de uma tecnologia produtiva fundamentalmente renovada, em especial, no Departamento I, onde uma renovação de tal gênero vem geralmente ligada a criação de instalações produtivas completamente novas. Só os valores liberados para a aquisição de capital fixo adicional em vários ciclos sucessivos permitem que o processo de acumulação de tal salto seja qualitativo. A repetição cíclica de períodos de subinvestimento preenche a função objetiva de liberar o capital necessário para essa modalidade de revolução tecnológica – mas isso em si mesmo, não explica os motivos para a ocorrência de revoluções tecnológicas radicais em alguns períodos, e não em outros. A existência de um longo período de subinvestimento é justamente a expressão do fato de que algum capital adicional estava certamente disponível, mas não era investido ou gasto

Ainda no que diz respeito ao papel do entesouramento no capitalismo, quando surgem dificuldades para a venda das mercadorias – para a transformação do capital-mercadoria em sua forma-dinheiro – ou, após a sua realização sobem os preços dos meios de produção, aumenta a quantidade de capital monetário necessária a continuidade do ciclo e, nesse caso, o “tesouro que funciona como fundo de acumulação pode ser utilizado para ocupar o lugar do capital monetário ou de uma parte dele”, de modo que o “fundo de acumulação de dinheiro serve [...] como fundo de reserva para equilibrar as perturbações do ciclo” (MARX, 2014, p. 163). Aqui, mais uma vez, caso as condições descritas não sejam atendidas surge a possibilidade formal de crise. Feita essa breve consideração acerca das implicações do movimento particular característico do capital fixo para a dinâmica da acumulação capitalista, voltemos à questão do ciclo do capital industrial.

2.5. O CICLO DO CAPITAL MERCADORIA

A fórmula geral do ciclo do capital-mercadoria consiste em $M' - D' - M...P...M'$. Assim como no ciclo do capital produtivo, no ciclo do “*capital-mercadoria, também o lucro é ocasionalmente esquecido*”, aparecendo na totalidade do ciclo, apenas como mercadoria ou, quando tratamos da composição de valor, como capital-mercadoria. Assim, a “*acumulação aparece, naturalmente, do mesmo modo que a produção*”. O que diferencia o ciclo em questão dos demais, é o fato de que, *somente no ciclo do capital mercadoria o ponto de partida da valorização é o próprio valor valorizado*. A mercadoria $M' = M + m$ determina todo o ciclo, na medida em que na sua primeira fase já reúne sob sua forma tanto a figura do capital M em movimento como a do mais-valor m . Aqui “se não em cada ciclo individual, pelo menos na média geral dos ciclos”, o mais-valor necessita ser gasto em parte como renda, “percorrendo o processo de circulação $m-d-m$ ” e, em parte “como elemento da acumulação do capital” (MARX, 2014, p. 171, grifos nossos).

Para que o processo cíclico do capital ocorra normalmente, o ciclo $M'...M'$ exige como pressuposto que todo o valor ($M + m$) seja *consumido ou na forma de consumo produtivo, ou na forma de consumo individual dos capitalistas e dos trabalhadores*. O “consumo individual do trabalhador e o consumo individual da parte não acumulada do mais-produto abarca o consumo individual inteiro [...] entra, portanto, em sua totalidade [...] como precondição, no ciclo M' ”. O consumo produtivo é realizado pelo capitalista individual, ao passo que o *consumo individual* – aqui, Marx abstrai do consumo de meios de subsistência pelo capitalista – é “*pressuposto apenas como ato social, jamais com ato do capitalista individual*” (MARX, 2014, p. 171-172).

Enquanto no ciclo do capital monetário e do capital produtivo, o movimento como um todo aparece como movimento do valor capital investido, no ciclo do capital mercadoria é o capital valorizado que inicia o movimento na forma de produto-mercadoria total aparecendo, deste modo como “capital que move a si mesmo”, como capital-mercadoria. Eis a forma por meio da qual, a “*distribuição do produto social inteiro*” e a “*distribuição especial do produto para cada capital-mercadoria individual*” é incluída no “*ciclo do capital*” (MARX, 2014, p. 172, grifos nossos).

O ciclo $M'...M'$ pressupõe que o capital exista na forma-mercadoria e sua conclusão ocorre no retorno a essa última forma. Caso essa segunda mercadoria não exista no mercado como resultado, seja da produção, seja da reprodução, ocorre a interrupção do ciclo e com isso temos aqui mais uma possibilidade formal da manifestação de crises econômicas. A mercadoria

precisa ser constantemente reproduzida “*como M’ de outro capital industrial*”. Dada a exigência do ciclo do capital-mercadoria de que M’ seja “ponto de partida, ponto de transição e ponto de chegada do movimento”, ou seja, de que a mercadoria esteja “sempre presente”, ela constitui-se como uma “condição constante do processo de reprodução”. *Elas precisam estar sempre disponíveis em valor e qualidades de valor de uso adequadas às exigências do processo capitalista de produção. Eis a dificuldade enfrentada pelo capital para se movimentar* (MARX, 2014, p. 172).

Trata-se de uma condição difícil de ser atendida no processo econômico real, no qual a quantidade e as diferentes qualidades das mercadorias produzidas são regidas pela anarquia do mercado (MENDONÇA, 1987), no qual a regra é a ausência de regra. Marx (2017b) chega a afirmar no livro III ao discutir o capital de comércio de dinheiro, que diferente do caso do capital industrial e comercial, os quais ele expõe as leis no livro I e no livro II, não existe lei geral que regule o capital portador de juros, ou seja, este seria a expressão mais desmedida e fantasiosa da relação capital. As crises financeiras como as de 1847-1848, 1857-1858, 1929, e a recente quebra do Lehmann Brothers em 2008, são como um lembrete para o capital de que o seu processo de autovalorização é em última instância fundado no processo real de produção e circulação.

2.6. AS TRÊS FIGURAS DO CICLO

Como procuramos evidenciar até o presente momento de nosso texto, os ciclos do *capital monetário*, do *capital produtivo* e do *capital mercadoria* “têm em comum a valorização do valor como seu escopo determinado como mola propulsora”. Os três ciclos, por um lado se relacionam no interior da dinâmica do capital individual como fases sucessivas de seu movimento e, no mercado, se entrelaçam como expressão da relação entre os diferentes capitais individuais que conformam o capital total, de modo que, cada um depende da continuidade do outro para poder se realizar de maneira contínua. Deste modo, a interrupção do movimento do valor no interior de qualquer um dos ciclos acarreta a paralisação ou diminuição da velocidade dos demais momentos da circulação geral e da circulação do capital individual em particular. Assim, o “*ciclo inteiro é a unidade efetiva de suas três formas*” (MARX, 2014, p. 180, grifos nossos).

Segundo Marx (2014, p. 181), o traço que caracteriza a produção capitalista, “condicionado por sua *base técnica*, embora nem sempre exequível de forma incondicional, é a *continuidade*”. Porém, contraditoriamente, o processo cíclico por meio do qual o capital se

movimenta é de “*continua interrupção*: abandona-se um estágio, entra-se no estágio seguinte; descarta-se uma forma, assume-se outra; cada um desses estágios não apenas condiciona, mas, ao mesmo tempo, exclui o outro” (MARX, 2014, p. 181). Deste modo, o “verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos” (MARX, 2014, p. 182, grifos nossos).

Tal unidade só pode se manifestar na medida em que cada parte do capital realize as diferentes fases do ciclo de maneira sucessiva. O capital industrial como “totalidade” das partes que compõe o ciclo deve percorrer “todos os três ciclos ao mesmo tempo”, de maneira que, o produto aparece nos diversos momentos de seu “processo de formação de modo tão contínuo quanto na transição de uma fase de produção a outra”. O ciclo sucessivo delineado por Marx é condicionado pela divisão do capital em suas diferentes formas de existência. Nesse movimento, de acordo com nosso autor, é a “grandeza do capital existente” que “condiciona o volume do processo de produção e este, por sua vez, o volume do capital-mercadoria e do capital-monetário, na medida em que ambos funcionam ao lado do processo de produção” (MARX, 2014, p. 182). Aqui, a proporção na qual ocorre a divisão do capital em capital monetário, capital produtivo e capital mercadoria é apenas o resultado da sucessão de movimentos que ocorre no ciclo. Por fim, é “apenas na unidade dos três ciclos que se realiza a continuidade do processo total, e não na interrupção” (MARX, 2014, p. 183).

Podemos depreender da leitura do livro II que, as características formais do ciclo encerram a possibilidade de que a metamorfose do capital em suas sucessivas fases seja interrompida, gerando crise, tal como Marx desenvolve no trecho abaixo:

Se, por exemplo, o movimento M'-D' se estanca numa de suas partes e não se consegue vender a mercadoria, o ciclo dessa parte é interrompido e a reposição pelo seu meio de produção não é realizada; as sucessivas partes que resultam do processo de produção como M' têm sua mudança de função bloqueada pelas partes anteriores. Se isso persiste por certo tempo, restringe-se a produção e o processo inteiro é suspenso. Cada estancamento da sucessão provoca uma desorganização da justaposição [divisão do capital]; cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas da parte do capital immobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade. A próxima forma em que o processo se apresenta é a de uma sucessão de fases tal que a transição do capital a uma nova fase é condicionada pelo abandono de outra (MARX, 2014, p. 182).

Como vemos, não são poucas as exigências para que o ciclo do capital transcorra de maneira tranquila. Nas próprias formas que o capital é obrigado a assumir ao longo de sua circulação, encontra-se encerrada a possibilidade formal da ocorrência de crises. Porém, a possibilidade formal não significa a manifestação efetiva da crise. Para tanto, é necessário que

concorram acontecimentos históricos reais, concretos, que vão muito além das limitadas características formais do movimento do capital. Nesse sentido, cada uma das crises pelas quais a acumulação capitalista passou na história, só pode ser compreendida efetivamente, por meio do estudo de sua especificidade histórica. Por assim dizer, cada crise tem a sua história, ainda que, expresse, cada uma em seu momento, a universalidade sistêmica do capital.

Como valor que valoriza a si mesmo, o capital não é apenas uma relação de classe de “caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho assalariado”, mas também um “movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel”. O valor passa pelas diversas fases e formas adotadas pelo capital em seu ciclo conservando-se e valorizando-se simultaneamente (MARX, 2014, p. 184)

Aqui, Marx (2014, p. 184) não considera analiticamente as revoluções que o valor sofre ao longo da duração do ciclo – todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho, são vendidas exatamente pelo seu valor –, porém, não deixa de sinalizar que as revoluções do valor – aumento da produtividade e das forças produtivas do trabalho social operadas periodicamente por meio do investimento de capital – podem levar o capitalista individual a falência, quando esse não é capaz de “satisfazer as condições desse movimento de valor”. Quanto mais profundas e aceleradas as revoluções do valor, mais o capital como valor autonomizado impõe o automatismo do movimento, como se fosse algo “natural e elementar [...]” e mais o curso da produção normal é submetido à especulação anormal”, cresce a ameaça de falência dos capitais individuais. Tais revoluções do valor que ocorrem de tempos em tempos confirmam a “autonomização que o valor experimenta como capital e que ele conserva e intensifica por meio de seu movimento”.

Abstraídas as “revoluções técnicas no interior do processo de produção [...]” e prescindindo também de todo efeito retroativo de uma variação dos elementos de valor do capital produtivo sobre o valor do capital-mercadoria existente”, Marx destaca que, caso ao longo da duração do ciclo do capital produtivo P...P houver elevação do valor dos meios de produção e da força de trabalho, o dinheiro obtido com a venda do produto-mercadoria M’ pode não ser suficiente para repor a totalidade do capital produtivo necessário à produção de M’, exigindo “capital-monetário adicional” – aqui, aparece latente a necessidade do desenvolvimento do capital bancário.

Se ocorrer o contrário e o valor dos elementos constituintes do capital produtivo diminuir, o capital-monetário é liberado. O processo “só transcorre de modo inteiramente

normal quando as relações de valor permanecem constantes”. Notemos que as condições colocadas por Marx para o transcurso normal do ciclo do capital produtivo P...P não correspondem aquelas presentes na realidade na qual se desenvolve o ciclo produtivo, que “*transcorre, de fato, enquanto as perturbações se nivelam na repetição do ciclo; quanto maiores as perturbações, maior é a quantidade de capital monetário que o capitalista industrial precisa possuir para poder aguardar até que a nivelação se produza*” e, como a produção capitalista de maneira contínua opera uma ampliação da escala dos processos individuais de produção – dos capitalistas individuais – ela acarreta um aumento da grandeza mínima do capital para adentrar em determinados setores da produção capitalista, somando-se a outras circunstâncias que “cada vez mais, transformam a função do capitalista industrial num monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados” (MARX, 2014, p. 185-186).

A queda do valor dos meios de produção pode levar a três situações 1) o processo de reprodução continua ocorrendo na mesma escala, com parte do capital monetário sendo liberada e, ocorre uma “acumulação de capital monetário sem que ocorra a verdadeira acumulação” (MARX, 2014, p. 187) e nem a formação do fundo de acumulação (reserva) que acompanha todo o processo de acumulação capitalista; 2) o processo de reprodução do capital pode ser ampliado em uma escala superior a de costume, na medida em que as proporções técnicas permitirem e, por fim; 3) pode ocorrer uma ampliação do estoque de mercadorias, insumos etc.

Caso ocorra o aumento do valor dos elementos que compõem o capital produtivo, nosso autor sinaliza que a situação é invertida. O processo de reprodução deixa de desenvolver-se em suas proporções normais, ou faz-se necessário a incorporação de capital monetário adicional ao processo para que o volume de produção possa ser mantido; nesse caso o fundo de acumulação do capitalista “se disponível” pode ser utilizado por inteiro ou apenas de maneira parcial não para promover o processo de reprodução, mas somente para conseguir mantê-lo na escala anterior (MARX, 2014, p. 187)

Segundo Marx (2014, p. 189) é a “existência do mercado como mercado mundial, que caracteriza o processo de circulação do capital industrial”, seja para as mercadorias, seja para o dinheiro. Trata-se da generalização das trocas. O “dinheiro atua, aqui, como dinheiro mundial”. Como sinalizamos anteriormente, em todo o lugar que chega, o capital industrial estimula, por um lado, a transformação de toda a produção de mercadorias em produção capitalista de mercadorias e, por outro, a “transformação de todos os produtores diretos em trabalhadores assalariados”.

Em síntese, ao longo do processo cíclico o capitalista é obrigado a formar um fundo de reserva e acumulação. No primeiro caso destacado, o fundo serve para o capitalista “defender-se de oscilações nos preços e aguardar conjunturas mais favoráveis para a compra e a venda”, ao passo que, no segundo trata-se, como sinalizado anteriormente, de atender a necessidade de “acumular capital a fim de ampliar a produção e incorporar os progressos técnicos a seu organismo produtivo” ou seja do investimento periódico em capital fixo. Dada a dimensão dos investimentos necessários nesse último caso, ao longo de vários ciclos o capitalista precisa destinar uma parte do mais-valor para o seu tesouro, até que esse “atinja as dimensões requeridas para a ampliação do negócio antigo ou para a abertura de um negócio subsidiário” (MARX, 2014, p. 199-200).

2.7. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMPO DE CURSO [TEMPO DE CIRCULAÇÃO]

Para os fins de nosso trabalho, fazem-se necessárias algumas considerações acerca da relação entre a produção de mais-valor e o tempo de circulação do capital. Segundo Marx o tempo que o capital permanece na esfera da produção consiste em seu tempo de produção, ao passo que, o seu tempo na esfera da circulação é denominado tempo de curso (tempo de circulação). O tempo total no qual o capital percorre todo o seu ciclo é dado pela soma do tempo de produção com seu tempo de circulação. A aceleração da circulação – diminuição do tempo de circulação –, contribui para o aumento da velocidade de rotação do capital, possibilitando o aumento da produtividade e com isso a ampliação da extração de mais-valor por um mesmo capital em um determinado período. O capital de 500 que circula duas, ou trezes vezes ao longo do ano, gera mais-valor do que um mesmo capital de 500 que só realiza o seu ciclo uma vez ao ano.

Durante o tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, deste modo, “não produz mercadoria nem mais-valor”. Considerado em sua forma mais simples – ou seja mais abstrata –, na qual o “valor passa inteiramente e de uma só vez de uma fase a outra” do ciclo, torna-se observável que, o processo de produção/autovalorização do capital é “interrompido enquanto dura seu tempo de circulação e que a duração deste último determina a velocidade da renovação do primeiro”. Por outro lado, se consideramos que as distintas partes do capital entram no ciclo umas após as outras “de modo que o ciclo do valor de capital inteiro se realiza sucessivamente no ciclo de suas diferentes porções”, torna-se “evidente que quanto

mais longa for a permanência de suas partes alíquotas na esfera da circulação, menor terá de ser sua parte que atua constantemente na esfera da produção” (MARX, 2014, p. 204).

Cabe ressaltar que, o processo de trabalho está contido no tempo de produção, porém nem todo o tempo de produção é tempo de trabalho. Por isso, todo o capitalista sempre busca diminuir o tempo de produção tornando-o o mais próximo possível do tempo de trabalho, único momento em que se produz efetivamente valor e mais-valor.

É evidente que quanto maior for a coincidência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e a valorização de um determinado capital produtivo num dado intervalo de tempo. Daí a tendência da produção capitalista de encurtar o máximo possível o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho. No entanto, ainda que o tempo de produção do capital possa diferir de seu tempo de trabalho, este está sempre contido naquele, e o próprio excedente é condição do processo de produção. O tempo de produção é sempre, portanto, o tempo durante o qual o capital produz valor de uso e valoriza a si mesmo, ou seja, o tempo em que ele funciona como capital produtivo, embora durante parte desse tempo permaneça latente ou produza sem se valorizar (MARX, 2014, 203-204).

O capitalista também precisa acumular um “estoque de matérias-primas e auxiliares” – capital latente – que lhe permitam dar continuidade à produção ao longo de um determinado período “sobre a escala previamente estabelecida, sem depender da contingência de ter de abastecer-se diariamente desses materiais no mercado”. Assim como o capital fixo, esse estoque só é consumido de maneira gradual. Nesse sentido, aqui também existe uma diferença entre o tempo em que ele participa do processo de produção e o seu tempo de funcionamento.

Deste modo, o tempo que os meios de produção participam da produção é composto pelo 1) tempo que eles operam como meios de produção no processo de produção; 2) por todas as pausas do processo, sejam elas voluntárias ou involuntárias – crises etc; e, por fim 3) pelo tempo no qual “embora já se encontrem disponíveis como condições do processo e, portanto, já representem o capital produtivo, eles ainda não estão incorporados no processo de produção”, encontrando-se na forma de capital latente. A diferença observada por Marx nesse momento consiste na diferença entre o “tempo de permanência do capital produtivo na esfera da produção e o tempo de sua permanência no processo de produção” (MARX, 2014, p. 201-202). Deste modo, os meios de produção só atuam como “absorvedores de trabalho” e mais-trabalho para o capitalista quando inseridos no tempo de trabalho. Na parte do tempo de produção em que não ocorre processo de trabalho, os meios de produção encontram-se em estado latente, como capital pronto para operar.

Em síntese, como destacado pelo alemão (MARX, 2014, p. 205), a aparência da qual parte a reflexão teórica da economia clássica é reforçada 1) pela maneira como o capitalista

calcula o lucro, visto que o processo de limitação da produção pela circulação contribui no movimento de equalização dos lucros – o capital comercial é contabilizado na conformação do lucro médio e da taxa média de lucro, ainda que, não tome parte diretamente na produção do valor e do mais-valor; 2) pelo fato de ser atribuído ao tempo de circulação elementos que deveriam ser remetidos ao tempo de rotação do qual o primeiro é apenas um momento e, por fim; 3) pelo fato de a transformação da mercadoria em capital variável ser “condicionada por sua transformação anterior em dinheiro, de maneira que, na “acumulação de capital, portanto, a transformação em capital variável adicional ocorre na esfera da circulação” durante o tempo de circulação ocasionando que a acumulação parece resultar desse último.

CAPÍTULO 3 – A TEORIA DO VALOR E OS LIMITES HISTÓRICO-SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOB O CAPITAL

No presente capítulo, apresentaremos a compreensão a que chegamos sobre as considerações marxianas acerca da categoria crise e, por conseguinte, da passagem da possibilidade formal a crise real.

Como procuramos destacar, Marx se opõe às teorias subjetivas do funcionamento do capitalismo na medida em que considera impossível explicar o movimento dos preços a partir apenas do mercado ou das preferências subjetivas. Faz-se necessário conhecer os fundamentos da produção de valor na economia capitalista. Para nosso autor, a “circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum” (MARX, 2017a, p. 238). Por outro lado, se opõe a teoria objetiva do valor de Ricardo, na medida em que o inglês identifica o valor como um elemento meramente técnico e não social. Ademais, o alemão também é crítico da “pretensão de separar ou isolar as duas fases inextricavelmente conectadas na sociedade capitalista que são a produção e a troca” (ARRIZABALO, 2014, p. 99, tradução nossa). De fato, para o pensador alemão, a produção e a troca são momentos de um processo único – a produção capitalista – que nos permitem compreender os preços das mercadorias a partir do valor que é criado no processo de produção, e que, somente se realiza matizado na esfera do mercado pelas relações estabelecidas entre a oferta e a demanda.

Como destaca Carcanholo (2017), só é possível atingirmos a compreensão efetiva da lei do valor e, por conseguinte, da crise capitalista legada por Marx, por meio da consideração dos 3 livros de *O Capital*. *Aqueles que partem somente dos livros I e II acabam por desenvolver análises baseadas em uma apreciação incompleta das determinações que compõem a teoria do valor.*

No Livro III de *O Capital*, Marx trata do processo global da produção capitalista considerado como “unidade entre o processo de produção do capital (Livro I) e o processo de sua circulação (Livro II)”, mas, “não se trata apenas de uma reunião das leis gerais da sociedade capitalista descobertas nos outros livros”. Ao estudar o processo global da produção capitalista o autor se depara com formas de manifestações concretas do valor e do mais-valor no movimento real do capitalismo que o obrigam a ter que “elucidar [...] as formas já conhecidas, em maior nível de abstração nos livros anteriores, em suas determinações mais concretas”. Ou seja, Marx se viu obrigado a expor com “todas as suas características, a relação dialética entre as categorias [dos livros I e II], levando em conta seus aspectos mais essenciais

e suas formas de manifestação na aparência” (CARCANHOLO, 2017, p. 14, grifos nossos). Como explica o próprio Marx:

No livro I, investigamos os *modos de manifestação* que o processo de produção capitalista, considerado em si mesmo, *apresenta* como processo direto de produção; nessa análise ainda, abstraímos de todos os efeitos secundários provocados por circunstâncias alheias a ele. *Mas o processo direto de produção não esgota a biografia do capital. Ele é complementado no mundo real, pelo processo de circulação, que constitui o objeto das investigações do livro II.* Nesse último, especialmente na seção III, dedicada a análise do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução, mostramos que o processo de produção capitalista, considerado como um todo, consiste na unidade de processo de produção e processo de circulação. *Neste Livro III, nosso objetivo não poderia ser o de desenvolver reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se, antes, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo* (MARX, 2017b, p. 53, grifos nossos).

No movimento real, ocorre o confronto dos capitais em suas formas concretas “para as quais a configuração do capital no processo direto de produção, do mesmo modo que sua configuração no processo de circulação, aparece apenas como momento particular”. Deste modo, as formas de manifestação do capital tal como desenvolvidas por Marx no Livro III “aproximam-se passo a passo da forma que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção”.

Deste modo, é no Livro III que se “encontram os dois últimos níveis de abstração para a compreensão do que se costuma chamar de ‘lei do valor’, ou o fato de que, no capitalismo, as relações sociais são intermediadas pelas trocas de mercadorias, segundo seus valores, equivalentes”. Como sinalizamos, aqueles que não ultrapassam a leitura do livro II tem uma compreensão limitada acerca da lei do valor. Nesse tipo de apreciação da teoria, pode-se ficar com a “impressão de que, de acordo com Marx, as mercadorias são vendidas pelos valores, conforme os livros I e II”. *Tal impressão deriva do fato de Marx adotar como pressuposto tanto no Livro I, quanto no Livro II a noção de que oferta e demanda estão sempre em equilíbrio.* Isso é natural, visto que no primeiro livro Marx pretende explicar as determinações da produção e para isso abstrai das dificuldades que essa produção poderia enfrentar para ser vendida. Do mesmo modo, com relação ao segundo livro, também é compreensível a delimitação metodológica de Marx. Como procuramos destacar, as contradições inerentes ao processo de produção capitalista analisadas no Livro I são abstraídas no Livro II, na medida que, ele pretende explicar o movimento contínuo do capital no entrelaçamento dialético entre sua produção e sua circulação não fazendo sentido, dado o objeto analisado, “pressupor que esse

movimento, em algum momento (realização do valor no mercado), não ocorre” (CARCANHOLO, 2017, p. 15).

Dito isso, é no Livro III que Marx vai tratar das formas concretas que o valor e o mais-valor vão assumir na superfície da sociedade capitalista. É nele que Marx trata das formas de apropriação do valor produzido: *lucro, juros, renda da terra e salários*. Também é nesse mesmo livro que Marx atinge o nível de abstração de sua análise no qual faz sentido perguntar se o “valor produzido pelo capital encontra na circulação de mercadorias demanda suficiente para realiza-lo?”.

Como indica Carcanholo (2017, p. 15), na seção II do Livro III “Marx se dá conta de que as mercadorias não são vendidas por seus valores nem poderiam sê-lo... ainda que o sejam!”. Para analistas que não ultrapassam a lógica formal, o achado marxiano parece contradizer todo o edifício teórico erigido nos livros I e II de O Capital, quando de fato, a contradição não está na teoria do valor, mas sim, na própria realidade analisada por Marx.

O alemão percebe essa contradição a partir de “três níveis de abstração”. O nível de abstração mais elevado encontra-se no Livro I quando Marx “percebe que as mercadorias não são vendidas pelos valores individuais” correspondentes a cada processo produtivo específico “porque existem distintas produtividades”. Nesse momento o valor pelo qual será vendida uma mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção que não corresponde ao valor individual da mercadoria produzida, “a não ser para o capital particular com produtividade média”. Ou seja, com exceção daquele capital com produtividade igual a média, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores individuais, “nem poderiam ser, uma vez que a concorrência redonda em distintas produtividades para a produção de uma mesma mercadoria”, porém, quando a produção é considerada em sua totalidade as mercadorias são vendidas por seus valores “uma vez que todo o valor produzido é apropriado”. Ou seja, as mercadorias são e não são vendidas por seus valores.

Segundo Marx (2017b, p. 53), o valor e o mais-valor são produzidos por meio da exploração da força de trabalho no processo de produção capitalista, sendo o produto desse processo uma mercadoria que “apresenta-se na seguinte fórmula: $c+v+m$ ”. Considerados como aparecem em cada momento do movimento do capital na realidade e nos correspondentes níveis de abstração trabalhados pelo alemão ao longo de O Capital (2014; 2017a; 2017b), temos que $c+v$ aparece separado de m em um momento intermediário do retorno de Marx ao concreto, na figura do *preço de custo* – capítulo 1 do Livro III – que, corresponde ao capital investido inicialmente em meios de produção (c) e força de trabalho (v) pelo capitalista. Porém, a especificidade do capitalismo consiste justamente em que,

[...] o que a mercadoria custa para o capitalista [preço de custo] e o que custa a produção da própria mercadoria são duas grandezas distintas. *Se a parte do valor-mercadoria constituída de mais-valor não custa nada ao capitalista, é justamente porque ela custa trabalho não pago ao trabalhador.* No entanto, como, com base na produção capitalista, o próprio trabalhador, após sua entrada no processo de produção, constitui um ingrediente do capital produtivo em funcionamento e pertencente ao capitalista, sendo este último, portanto, o verdadeiro produtor de mercadorias, o preço de custo da mercadoria aparece para o trabalhador como o custo real da própria mercadoria. Se chamamos o preço de custo de p , a fórmula $M = c+v+m$ se converte em $M = p+m$, ou valor-mercadoria = preço de custo + mais-valor (MARX, 2017b, p. 54).

Como vemos, com base na produção capitalista o fato de que a parte do valor da mercadoria correspondente ao mais-valor deve sua origem ao trabalho não pago do trabalhador. Nessa base, o trabalhador constitui somente um “ingrediente” do capital produtivo pertencente ao capitalista, de modo que, “sendo este último” o verdadeiro produtor de mercadorias, o preço de custo $c+v$ da mercadoria aparece aos olhos dos trabalhadores como se correspondesse ao custo real da mercadoria. Com a introdução do preço de custo (p), estamos diante da conversão real do valor da mercadoria $c+v+m$ na forma preço de custo + mais-valor = $p+m$. Aqui, *a mudança é somente da forma, o conteúdo não é alterado, porém, tal transformação implica que o capital variável, única parcela do capital capaz de criar valor e mais-valor já não apareça mais de maneira imediata como na fórmula anterior.* Esse modo de considerar as coisas corresponde ao modo capitalista de abordar o problema, visto que, para o capitalista não importa qual é a parte de seu capital responsável pela criação do valor e do mais-valor, mas sim, que esse seja constantemente produzido e reproduzido. Nessas condições a formula $M = p+m$ já é suficiente. Para aqueles que desejam ir além do horizonte burguês faz-se necessário ir um pouco mais adiante.

Na Seção II do Livro III A transformação do lucro em lucro médio, Marx aborda mais uma vez o problema da venda das mercadorias por seus valores, porém, em um grau de abstração menos elevado que o anterior – intermediário. No capítulo 8 do Livro III – o autor percebe *que se as mercadorias fossem vendidas por seus valores, capitais da mesma magnitude, porém com composições orgânicas distintas³ “obteriam taxas diferenciadas de lucro”*. Considerando que somente a parte variável do capital produz valor, a situação analisada por Marx levaria, de um lado, a que os capitais com maior composição orgânica e, portanto, maior produtividade, se apropriassem de taxas de lucro menores, ao passo que, os de menor

³ Capitais individuais de mesma magnitude podem apresentar diferentes proporções entre sua parte variável – produtora de valor – e sua parte constante. Aqueles com maior proporção de capital constante em relação ao capital variável são considerados de maior composição orgânica e, por conseguinte, produtividade.

composição orgânica e, por conseguinte, menor produtividade, obtivessem taxas mais altas e, de outro, negaria a “própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurar maiores taxas de lucro, o que poderia negar, assim, a própria tendência à formação da taxa média de lucro” (CARCANHOLO, 2017, p. 16).

No capítulo 9 do mesmo livro, o autor demonstra que a partir do processo de equalização é formada uma *taxa média de lucro* que aplicada ao capital adiantado pelos diferentes capitalistas “define o *lucro médio*, que somado ao *preço de custo*, forma os *preços de produção*” que por seu turno “garantem que capitais de igual magnitude se “apropriem do mesmo lucro médio, independentemente de quanto mais-valor produziram no processo produtivo”. Aqui, confirma-se mais uma vez que as “mercadorias não são nem podem ser vendidas por seus valores”, visto que, com exceção dos setores com composição orgânica do capital igual a média, os “preços de produção necessariamente são distintos dos valores” das mercadorias produzidas por cada capitalista individual. Porém, quando considerado o capital total os “preços de produção [...] equivalem aos valores” de modo que, nesse nível intermediário de abstração, mais uma vez, as “mercadorias não são nem podem ser vendidas por seus valores, ainda que sejam!”.

Por fim, no último nível de abstração – nível mais concreto – tratado no capítulo 10 do Livro III, o comunista “constata [...] que os preços de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma causalidade”. O autor percebe que quando a oferta é maior do que a demanda, os preços de mercado oscilam abaixo dos preços de produção, na situação contrária, qual seja, quando a demanda excede a oferta, os preços de mercado oscilam acima dos preços de produção confirmado que efetivamente as “mercadorias não são vendidas por seus valores [intermediados pelos preços de produção]”. Quando os preços de mercado se encontram abaixo dos preços de produção a “taxa efetiva de lucro (resultado dos preços efetivos de mercado) é inferior à taxa média” e a tendência dos capitais no setor é diminuir o volume de produção ou simplesmente abandonar o ramo produtivo com taxa de lucro em baixa. De um modo ou de outro, a quantidade de produtos disponível no mercado tende a diminuir, contribuindo para que o “preço de mercado suba em direção ao preço de produção”, recompondo a taxa média de lucro. No caso de uma alta dos preços de mercado em relação aos preços de produção, as tendências são invertidas e os capitais passam a migrar para o setor em alta contribuindo para aumentar a disponibilidade de produção no mercado e com isso para a baixa do preço de mercado em direção ao preço de produção, contribuindo aqui também para a recomposição da taxa média de lucro. Nesse momento, Marx evidencia que a “aparente flutuação indeterminada

dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação: o valor da mercadoria, intermediado pelo preço de produção” (CARCANHOLO, 2017, p. 16).

Em síntese, ao nos apropriarmos dos conteúdos presentes no Livro III de O Capital podemos compreender que a lei do valor tal como concebida por Marx não significa – como poderia parecer caso nos detivéssemos na leitura dos livros I e II – que os “preços de mercado corresponderão quantitativamente aos valores das mercadorias – nem poderia ser dessa forma” como procuramos destacar sinteticamente. De fato, *a lei do valor marxiana se realiza por meio dos desvios e consiste em que o “valor é o centro pelo qual flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação”* (CARCANHOLO, 2017, p. 16, grifos nossos) que quando considerada de maneira superficial contribui sistematicamente para ocultar a verdadeira origem do valor. Como destaca Arrizabalo,

[...] tanto a formulação do valor como sua passagem pela troca da qual sai como preço, são colocadas [por Marx] da forma dialética necessária para dar conta, efetivamente, dos processos sociais que estão por trás [subjacentes] do que na superfície se observa simplesmente como dito preço (ARRIZABALO, 2014, p. 100, grifos nossos).

Como vemos, o enfoque marxiano se orienta para o desvelamento das determinações subjacentes que operam por trás daqueles elementos visíveis de maneira imediata na superfície da economia burguesa – preços.

No capitalismo, a distribuição do trabalho social – força de trabalho e meios de produção – entre os diferentes ramos da produção, assim como a distribuição de seus resultados econômicos – ou seja, do produto do trabalho – entre as classes sociais e seus usos específicos, ocorre de maneira generalizada por meio das relações de troca estabelecidas no mercado. Deste modo, para a apreensão das características que distinguem a acumulação capitalista das demais formas de apropriação do trabalho alheio existentes na história é necessário “compreender corretamente como se produz a troca e sua relação com a produção”. Trata-se de compreender porque as “mercadorias são trocadas nas proporções em que são trocadas, por que os preços são o que são” (ARRIZABALO, 2014, p. 100).

Como vimos em O Capital (2017a), o valor é criado por meio do processo de trabalho/valorização e sua magnitude varia de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado em uma determinada mercadoria. Fazem parte desse tempo de trabalho tanto o trabalho vivo empregado na produção da mercadoria, quanto aquele cristalizado previamente na maquinaria e nas demais ferramentas de trabalho utilizadas na produção. As variações do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria se

relacionam diretamente com a extensão da jornada de trabalho, com a intensidade do trabalho e com a qualificação de dito trabalho, ao passo que, se relaciona inversamente com a produtividade. Mantida a mesma extensão e intensidade da jornada, quanto maior a produtividade, mais valores de uso são produzidos e, por conseguinte, o valor total permanece o mesmo se dividindo em mais mercadorias de valor individual menor.

Sinteticamente, uma mercadoria é composta de valor de uso e valor. É valor de uso na medida em que se constitui como um bem orientado para a satisfação de necessidades humanas. No capitalismo, o valor de uso serve de suporte para o valor, o que significa dizer que o primeiro só pode se realizar no consumo após a realização do segundo por meio da troca, enquanto valor de troca. Assim, o valor de troca é expressão do valor, sendo obtido a partir do confronto do conjunto das mercadorias – do trabalho social – na esfera do mercado.

A reflexão marxiana não toma como foco o que há de comum a todos os modos de produção, mas, pelo contrário, procura explicar aquilo que particulariza o desenvolvimento de cada formação econômico-social específica. Nesse sentido, no caso da sociedade capitalista, a qual tem como característica fundamental a produção de valores, o valor de uso é considerado por Marx por um lado na condição de suporte material dos valores e, por outro, em sua relação com os fundamentos do desenvolvimento das forças produtivas (ARRIZABALO, 2014).

Como procuramos destacar ao longo de nosso trabalho, o valor de troca é a expressão do valor de uma mercadoria no mercado – em contraposição às demais. A essa relação soma-se uma segunda: o preço, que tal como o comunista aponta, consiste na expressão monetária do valor de troca (MARX, 2017a). *O que significa dizer que para Marx os preços devem ser explicados a partir do fundamento do valor e não o contrário.*

A “troca reflete as condições de produção porque os valores de troca refletem seus valores e estes as condições de sua produção”, de modo que em “média, efetivamente os preços refletem os valores de forma estrita”. Porém, cabe destacarmos que a “troca é um processo social e, como tal, aberto, por isso não está preestabelecido que o preço de uma mercadoria particular vai corresponder exatamente ao seu valor” (ARRIZABALO, 2014, 103, tradução nossa). De fato, como vimos, sob efeito das variações da oferta e da demanda no mercado, os preços oscilam acima ou abaixo do preço de produção das mercadorias, ou de outro modo de seu valor na forma menos abstrata – mediada – de preço de produção.

A afirmação anterior não pode dar margem para que pensemos que é possível ocorrer a criação de valor no âmbito do mercado em decorrência da venda de uma mercadoria acima de seu valor. Como já destacado, no mercado ocorre somente a realização do valor criado pelo trabalho social na produção, de modo que “todo o aumento do valor de que se apropria um dos

participantes [...] só pode ter uma procedência: uma diminuição do valor de que se apropria o outro participante, uma perda de valor para ele”. Ou seja, no mercado ocorre somente a redistribuição do valor produzido – transferência de valor –, não ocorre produção de novos valores e, nesse sentido, a soma de todos os preços das mercadorias corresponde exatamente ao total de valores produzidos pelo trabalho social, ainda que possam ocorrer desvios dos preços em relação a seus valores no ato da troca. O valor “não é uma mera expressão dos custos de produção” ($c+v$), mas sim uma “relação social” (ARRIZABALO, 2014, p. 104-105). O ocultamento desta relação social fundamental sob o domínio da troca generalizada de mercadorias, mediante o seu aparecimento como relação entre as coisas no mercado foi denominado por Marx como fetiche da mercadoria (MARX, 2017a).

Como procuramos destacar, não podemos explicar os preços de forma absoluta por meio do recurso às leis da demanda. A troca, pode somente acarretar oscilações do preço em torno do valor da mercadoria, ou seja, se “trata do jogo da demanda em relação com a oferta que faz parte, subordinadamente, da lei do valor” e não de “uma suposta ‘lei da oferta e demanda’ explicativa dos preços” (ARRIZABALO, 2014, p. 105, tradução nossa).

Podemos sintetizar a teoria do valor apresentada por Marx da seguinte maneira: os preços das mercadorias são determinados por seus valores, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. No processo de equalização surge a figura do preço de produção como expressão menos abstrata do valor, visto que, já mediada pelas distintas composições orgânicas dos diferentes capitais em concorrência no mercado. Na equalização, ocorre a formação não só da taxa média de lucro, mas também do preço médio, ou preço de produção – preço de custo ($c+v$) + taxa média/geral de lucro. Sendo assim, os preços são determinados efetivamente pelas condições sociais de produção. No mercado, no momento da troca de cada mercadoria individual, pode haver desvios dos preços em relação ao preço de produção determinados por mudanças na relação estabelecida entre oferta e demanda. Porém, Marx nos ensina que, tais desvios são limitados pela totalidade do valor produzido anteriormente e que se encontra agora nas mãos dos diversos agentes da troca, de modo que, a toda a variação do preço de mercado – para cima ou para baixo – e, por conseguinte, aumento ou diminuição do valor obtido pelo vendedor, corresponde uma diminuição ou aumento proporcional para outro e não a criação de um novo valor como pretende a apologética.

Grespan (2019, p. 44-45), parece corroborar com a compreensão da teoria do valor marxiana delineada brevemente até aqui. Além disso, também nos chama a atenção para elementos importantes que contribuem para a caracterização da lei:

Em primeiro lugar, oferta e demanda não constituem fatores independentes um do outro, muito menos das condições *sociais* da produção. A oferta está evidentemente associada a tais condições pelo desenvolvimento das forças produtivas intermediado por todos os aspectos concretos do trabalho em cada ramo e pelos diferentes preços de produção, sempre alterados na dinâmica dos desvios visados pelos capitais individuais. A demanda, por sua vez, está sujeita aos altos e baixos dependentes dos preços que ela ajuda a firmar, e, mais importante, dependentes em última instância “da mútua relação das diversas classes e da sua posição econômica” em relação à propriedade dos meios de produção. A demanda pelos muitos tipos de mercadoria muda continuamente porque essa “posição” das classes e frações de classe da sociedade não é fixa, variando até mesmo de acordo com os movimentos da política e da luta social distributiva das rendas.

Como destaca corretamente o economista, uma análise a partir de pressupostos marxianos exige, em primeiro lugar, a consideração de que a oferta e a demanda não são fatores independentes um do outro, “muito menos das condições sociais da produção”. A oferta se conecta diretamente com tais condições na medida em que é determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas “intermediado por todos os aspectos concretos do trabalho em cada ramo e pelos diferentes preços de produção sempre alterados na dinâmica dos desvios, visados pelos capitais individuais”, ao passo que, a demanda está sujeita aos altos e baixos decorrentes das variações dos preços que ela contribui para firmar e de maneira mais importante “dependentes em última instância ‘da mútua relação das diversas classes e da sua posição econômica’ em relação a propriedade dos meios de produção”. A demanda pelos diversos tipos de mercadoria em uma sociedade se altera de maneira continua justamente porque as relações entre as classes e frações de classe que a compõe – sua posição social – se altera qualitativamente ao longo do tempo “variando até mesmo de acordo com os movimentos da política e da luta social distributiva das rendas”. Em segundo lugar,

[...] importa perceber que as distintas formas do “preço” não se determinam em etapas sucessivas. Ou seja, não ocorre primeiro uma definição de valores pelos tempos de trabalho e, depois, em sequência, uma definição de “preços de custo”, “preços de produção” e “preços de mercado”. No jogo permanente da equalização e dos desvios, essas formas diferentes se estabelecem de um só golpe. Embora a oferta e a demanda sejam responsáveis, em rigor, apenas pela definição final dos preços de mercado em sua discrepância dos preços de produção e dos valores, determinados pelas condições da produção, é o ato de troca que torna efetivas também as médias sociais; é pelo efeito dos desvios que elas se confirmam. Valores e preços são formas distintas da mesma relação social, simultaneamente realizadas (GRESPLAN, 2019, p. 45, grifos nossos).

Sendo assim, valores e preços não se encontram em “patamares díspares independentes”, como se houvesse “valores no patamar propriamente social em que o cálculo talvez fosse impossível; e preços no patamar econômico da pura quantidade e da medida”. Pelo contrário, o valor medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário revela a sua existência

desde o início – ou seja, pode ser calculado desde o início – por meio de sua expressão na troca estabelecida entre as mercadorias, ou seja, “pelo fato de ele aparecer só como valor de troca”. O preço é a expressão monetária do valor de modo que “quando um valor de troca se expressa no dinheiro, em vez de uma mercadoria qualquer, ele já é, por isso, um preço” (GRESPLAN, 2019, p. 45).

Considerado o desenvolvimento anterior, entendemos por um lado que a lei do valor é a lei fundamental que regula a troca, visto que, a distribuição de todo o trabalho social e dos valores por ele produzidos entre os diferentes ramos da produção e classes sociais ocorre por meio do mercado, na troca das mercadorias nas quais o valor está cristalizado. Por outro lado, *consideramos que o valor não é somente uma medida do custo de produção das mercadorias, mas sim, uma relação social.* Somente esse enfoque analítico nos permite avançar na compreensão dos limites e contradições da acumulação capitalista. Ou seja, trata-se de analisar as “relações sociais que se estabelecem entre as pessoas por meio das coisas, relações que se expressam com a forma que tomam os produtos do trabalho na troca: com a forma mercadoria” (ARRIZABALO, 2014, p. 105). Deste modo:

A economia capitalista é a máxima expressão histórica da economia de mercado e *a lei do valor é o mecanismo que permite expressar que, por trás do fenômeno da troca que se apresenta como uma mera relação entre indivíduos, se encontra na realidade um processo social:* os preços das mercadorias estão determinados por seus valores, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. A lei do valor, como regulador da economia capitalista, constitui, portanto, a resposta à pergunta acerca de qual é o mecanismo que rege a troca, mecanismo através do qual, na economia mercantil que é a capitalista, se leva a cabo tanto a distribuição dos recursos disponíveis para seu consumo produtivo, como a distribuição dos produtos obtidos (com dito consumo), para seu consumo produtivo em um período posterior ou para seu consumo improdutivo (ARRIZABALO, 2014, p. 106, tradução e grifos nossos).

Entendida dessa maneira, a lei do valor nos permite explicar os elementos determinantes da compra e venda da força de trabalho como parte do trabalho social total na sociedade capitalista e, nesse sentido, como fonte exclusiva do mais-valor que permite a acumulação de capital, estando por trás dos lucros, juros e renda, meras formas de apropriação da riqueza que aparecem na superfície do processo econômico-social como se fossem produtoras dessa última. Como desenvolve Marx (1982), o *procedimento da apologética da ordem social capitalista de seu tempo se resume em destacar essas formas mais concretas que constituem o movimento do capital como principais elementos explicativos da dinâmica das formações econômico-sociais capitalistas, ignorando as determinações relacionadas ao valor – subjacentes – e, por conseguinte, o mais-valor.* Atualmente, parte significativa dos analistas parecem estar presos a

concepções similares as criticadas por Marx. Podemos dizer que nos piores exemplos, esses “pensadores” mantém as suas considerações nos limites da análise psicológica da variação do ânimo dos mercados que, como temos destacado é apenas a ponta do iceberg.

3.1. A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS EM FORÇAS DESTRUTIVAS

Como destacamos no capítulo 1, a lei geral da acumulação capitalista se faz acompanhar da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Marx (2017b, p. 250-251, grifos do autor) nos apresenta de maneira mais detida as características dessa última no capítulo 13 do livro III de O Capital. Nesse momento de sua reflexão, o revolucionário resgata a noção de que com a tendência de diminuição da parte do capital investida em capital variável, a “produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total”, acrescentando que a *consequência mais imediata de tal processo consiste no fato de a taxa de mais-valor passar a se expressar em uma taxa geral de lucro com tendência decrescente*. Assim, a “tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho”.

Observamos que o processo de acumulação capitalista que leva a manifestação da tendência a queda da taxa geral de lucro, também determina “uma acumulação acelerada do capital” e, por conseguinte, o “aumento da grandeza absoluta ou da massa total do mais-trabalho (do mais-valor ou lucro) de que ele se apropria” (MARX, 2017b, p. 263). O que significa dizer, que o processo de acumulação de capital é concomitantemente produção e reprodução das condições que determinam a tendência de queda da taxa de lucro e produção e reprodução das condições para a recomposição dessa mesma taxa de lucro. Algo bastante difícil de compreender para autores que se limitam a analisar as diferentes formas que o capital adota na superfície do mercado, perdendo de vista o conteúdo que se move. Como observa Marx:

O capitalista que emprega métodos de produção aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, *vende abaixo do preço de mercado, porém acima de seu preço de produção individual*; isso faz com que a taxa de lucro aumente para ele até que a concorrência se encarregue de equalizá-la; durante esse *período de equalização* se cumpre o segundo requisito, que consiste no aumento do capital investido; segundo o grau desse aumento, o capitalista poderá, sob as novas condições, empregar uma parte da massa de trabalhadores anteriormente empregada e inclusive a massa inteira ou uma massa ainda maior, produzindo assim uma massa de lucro igual ou maior que antes (MARX, 2017b, p. 269, grifos nossos).

Aqui, as custas de uma diferença de produtividade recém adquirida em relação aos demais produtores, o capitalista que revoluciona primeiro os seus métodos de produção pode retirar da circulação durante um período – enquanto dure o processo de equalização da taxa de lucro, a formação do lucro médio e do preço produção sob as novas bases tecnológicas – mais-valor do que aquele que seus próprios trabalhadores assalariados produziram. Isso ocorre, devido ao fato de o inovador vender as suas mercadorias abaixo do preço de mercado, porém, acima de seu preço de produção individual – *aqui não ocorre produção de mais-valor, somente a apropriação de parte do mais-valor dos setores menos produtivos que ainda produzem com a tecnologia obsoleta, pelo capitalista inovador.* Deste modo, a taxa de lucro desse último cresce – lucro extra – até o momento que a concorrência a equaliza. Ao longo do processo de equalização tem lugar o processo de investimento dos capitalistas individuais nas novas forças produtivas e com isso, de acordo com a magnitude do investimento, a possibilidade de ampliar o emprego da força de trabalho “produzindo assim uma massa de lucro igual ou maior que antes”.

A queda da taxa de lucro não necessariamente ocorre de maneira absoluta. A todo momento, operam tendências contra-arrestantes colocadas em curso pelo próprio movimento do capital, tal como as apresentadas por Marx no capítulo 14 do livro III. O alemão destaca como principais tendências contra-arrestantes 1) o aumento do grau de exploração da força de trabalho por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do processo de trabalho/valorização; 2) a compressão do salário abaixo de seu valor, considerada por Marx apenas empiricamente, visto que sua análise detalhada fugia ao escopo da análise geral do capital. O que não impede que nosso autor afirme que *a superexploração da força de trabalho é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro*; 3) o barateamento dos elementos que compõe o capital constante; 4) a reprodução da superpopulação relativa 5) a ampliação do comércio exterior na medida em que, este contribua para baratear, tanto o capital constante, quanto o capital variável por meio do acesso a novas fontes de matéria-prima e de bens salário e, por fim; 6) o aumento do capital acionário por meio do desenvolvimento cada vez mais amplo do capital portador de juros (MARX, 2017b, p. 271).

O processo de acumulação capitalista também tem efeitos sobre os níveis de emprego e renda da classe trabalhadora que, por sua vez, influenciam diretamente a acumulação levando a alterações no seu ritmo – determinações recíprocas. Também influenciam o ritmo da acumulação as inovações tecnológicas e a competição intercapitalista. Por exemplo, considerado um processo de acumulação que parta de um alto nível de lucratividade, este pode dar origem a uma acumulação tão ampla que gere uma demanda por força de trabalho capaz de

superar o efeito da diminuição do emprego gerado pela mecanização. Nessas condições, ocorre um aumento do número de trabalhadores empregados e não a sua diminuição para a qual aponta a tendência histórica do capitalismo. Ainda nesse mesmo exemplo, observamos que o aumento da demanda do capital por força de trabalho gera uma pressão de alta sobre os salários, dada a melhoria da correlação de forças para a classe trabalhadora no mercado. Tal melhoria também é alimentada pela ampliação da concorrência intercapitalista que favorece a posição dos trabalhadores nas negociações com o capital. De todo modo, a alta dos salários tem como resultado a queda da taxa de mais-valor (mv/v) e, por conseguinte, a diminuição da lucratividade do capital no setor (MARX, 1982).

Considerado o exemplo contrário ao anterior, ou seja, um processo de acumulação a partir de um baixo nível de lucratividade, observamos que a baixa lucratividade implicaria a diminuição do processo de acumulação e com ele a destruição dos empregos, a diminuição dos salários e, por conseguinte, a ampliação da taxa de mais-valor. A baixa lucratividade em um determinado setor da economia leva a que certos capitais saiam do setor em busca de oportunidades mais lucrativas de investimento – ocorre uma diminuição da competição dentro do setor de baixa lucratividade e, um incremento da mesma naqueles setores que oferecem melhores possibilidades de lucro. Tais movimentos, nos fornecem mais evidências de que o processo de acumulação capitalista tem um caráter cíclico.

O mais importante a ser apreendido aqui – em particular para aqueles que se preocupam com o problema das crises – é que *as flutuações cíclicas do capital devem ser explicadas levando-se em consideração, junto as possibilidades formais de crise discutidas anteriormente, a superprodução subjacente ao processo de acumulação capitalista e a lei tendencial da queda da taxa de lucro.*

Para além dos efeitos sobre o nível de emprego, os salários e a lucratividade, a acumulação capitalista dá origem necessariamente a uma superpopulação relativa. A superpopulação relativa cumpre dois papéis fundamentais na economia capitalista, por um lado, funciona como reserva de mão-de-obra para atender a ampliação da demanda do capital por força de trabalho nos momentos de maior expansão da acumulação – ascensão do ciclo – e, por outro lado, contribui para a baixa dos salários na medida em que é utilizado pelo capitalista para ameaçar os trabalhadores com o desemprego e, deste modo, impor limites às reivindicações dos trabalhadores. Sendo assim, à lei geral da acumulação capitalista, soma-se a lei tendencial da queda da taxa de lucro segundo a qual, quanto maior a composição orgânica do capital, ou seja, a proporção do capital constante em relação ao capital variável, tanto maior será a tendência de queda da lucratividade do capital.

3.2. SUPERPRODUÇÃO DE CAPITAL, CRISE DA SOCIALIZADE CAPITALISTA E DESTRUIÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

No capítulo XVII das Teorias da Mais-valia (1980), por meio da crítica a economia política de Ricardo, Marx nos revela elementos significativos da sua compreensão acerca do problema das crises no capitalismo que, ao nosso ver, corroboram com a leitura de O Capital apresentada por nós nos pontos anteriores, na qual enfatizamos que a) o capital se move em ciclos cujas *flutuações devem ser explicadas levando-se em consideração, junto as possibilidades formais de crise sinalizadas por Marx, a lei tendencial da queda da taxa de lucro subjacente ao processo de acumulação capitalista*; b) a causa fundamental das crises é a superprodução, por fim; c) no livro 2 de O Capital, o que Marx nos apresenta ao discutir o ciclo do capital industrial são possibilidades formais de crise postas no próprio movimento que o capital é obrigado a descrever em seu processo de valorização. Cabe aos pesquisadores das crises contemporâneas, demonstrar como ocorre a passagem da possibilidade formal à própria crise enquanto manifestação fenomênica real. Ou seja, faz-se necessário explicar empiricamente como o movimento desmedido do capital leva à superprodução, ou se ela se observa de fato, e mais, como essa última se relaciona com as formas potenciais de crise analisadas por Marx.

Conforme nosso autor (MARX, 1980, p. 929), John Stuart Mill, Ricardo e Say compartilham o ponto de vista de “ser impossível superprodução ou pelo menos plethora geral do mercado”. Para tanto, baseiam-se na ideia de que no mercado existiria um suposto equilíbrio entre vendedores e compradores e acabam por adotar o “axioma de a procura ser determinada apenas pela produção ou de ser a procura idêntica à oferta”, de modo que, não há a possibilidade da manifestação da superprodução geral. Marx discorda dessa posição.

De acordo com o alemão, suposta a produção ampliada, ou seja, a produção maior do que a necessária à reposição do capital precedente – maquinaria, matérias-primas, etc., – e, por conseguinte, para a produção dos meios de subsistência na escala estabelecida anteriormente e, estando “disponível o necessário trabalho adicional, encontrar-se-ão no mercado todos os meios para formar novo capital, para converter o dinheiro suplementar [mais-valor] daquelas esferas em novo capital”. Nessas condições,

[...] antes de mais nada, o processo global da acumulação se reduz a produção ampliada que, por um lado, corresponde ao crescimento natural da população e, por outro, constitui fase imanente dos fenômenos que se manifestam nas crises. O estalão dessa produção excedente é o próprio capital, a escala existente das condições de produção e o afã sem limites do capitalista para enriquecer, para capitalizar, e de modo nenhum o consumo que é de início reprimido, uma vez que a maior parte da

população, a trabalhadora, só pode expandir seu consumo dentro de limites muito estreitos; ademais, à medida que se desenvolve o capitalismo, a procura de trabalho decresce relativamente, embora com crescimento absoluto. Além disso, os ajustamentos são todos casuais e a proporção do emprego dos capitais nos ramos particulares se ajusta por meio de um processo contínuo, mas a própria continuidade desse processo supõe por igual a desproporção constante que ele tem de nivelar de maneira ininterrupta e muitas vezes violentas (MARX, 1980, p. 928, grifos nossos).

Contribui para isso a lei geral da acumulação capitalista que como vimos, leva ao aumento da composição orgânica do capital – crescimento do capital constante em detrimento do capital variável na composição do capital – acarretando uma diminuição relativa da procura por trabalho, ainda que em termos absolutos o número de trabalhadores se amplie – em números absolutos temos uma classe trabalhadora muito mais extensa nos dias de hoje que nos dias de Marx.

Nunca podemos perder de vista que a razão de ser da produção capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca e especialmente o mais-valor que ele esconde. Está é a razão de ser da produção capitalista, sendo um equívoco escamotear as contradições engendradas pela produção orientada para a “autovalorização” do capital por meio da afirmação de que a produção capitalista se dirige ao “consumo imediato dos produtores”. Nada mais falso.

Em segundo lugar, o capital só é capital enquanto encontra-se em movimento – ainda que, como destacamos ao comentar brevemente o livro 2 de O Capital, haja a necessidade de paralisar momentaneamente na forma de estoque e tesouro, parte do capital como condição para a fluidez de seu próprio movimento –, nesse sentido os ajustamentos da dinâmica capitalista “são todos casuais e a proporção do emprego dos capitais nos ramos particulares se ajusta por meio de um processo contínuo” que “supõe por igual a desproporção constante que ele tem de nivelar de maneira ininterrupta e muitas vezes violentas” como no caso das recorrentes crises e guerras do século XX – maiores eventos de destruição de forças produtivas na história da humanidade. Ou seja, a regra no capitalismo não é o equilíbrio “metafísico entre vendedores e compradores”, nem o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas, mas sim o constante desequilíbrio, contradição e desproporção entre regiões, países e setores econômicos e, por conseguinte a necessidade de uma busca incessante do capital pelo nivelamento das condições de modo a propiciar a máxima fluidez ao processo de acumulação, minimizando as suas interrupções – até que ponto o capital é capaz de fazê-lo é matéria para o estudo de cada crise específica.

Aqui, assim como em O Capital, Marx está preocupado com o exame das “formas por que passa o capital nas fases diversas de seu movimento”. Para tanto, adota como pressupostos a) a noção de que a mercadoria é vendida sempre pelo seu valor; b) a desconsideração da

“concorrência entre os capitais”, do “sistema de crédito e da “constituição real da sociedade” que “de maneira nenhuma consiste apenas nas classes dos trabalhadores e dos capitalistas industriais”. No entanto, apesar do grau de abstração no qual se encontra a sua análise, Marx assinala que “no estudo sobre o dinheiro, já verificamos que este, tanto na *forma em geral* diferente da *forma natural de mercadoria*, quanto na *forma de meio de pagamento, encerram a possibilidade de crises*”, sendo possível evidenciar ainda mais tal possibilidade de crise a partir do “estudo da natureza geral do capital [...] mesmo sem se prosseguir na pesquisa das relações reais que constituem precondições do processo efetivo de produção” (MARX, 1980, p. 928-929).

Conforme nosso autor, assim como no processo de acumulação de capital, na reprodução “não se trata somente de *repor a mesma massa de valores de uso* que forma o capital, na escala anterior ou em escala ampliada (caso da acumulação), mas de *repor o valor do capital adiantado com a taxa de lucro normal (mais-valia)*”. Aqui, observa-se mais uma dificuldade a ser enfrentada pelo capital para manter a fluidez de seu movimento, qual seja, o capital não é capaz de antever as diferentes qualidades e quantidades de mercadorias – ainda que existam esforços no âmbito do planejamento empresarial e estatal – nas quais o valor e o mais-valor precisam se materializar continuamente para que o processo de acumulação capitalista não seja interrompido. *O rompimento do movimento contínuo do capital por meio das diversas formas que o expressam ao longo do processo de acumulação capitalista – produção e circulação – encerra a possibilidade formal da crise.*

Por exemplo, em um momento de crise capitalista, caso ocorra uma intensa queda nos preços de mercado das mercadorias abaixo de seus preços de custo – deflação –, por conseguinte, uma diminuição do mais-valor realizado na troca, “contrair-se-á o mais possível a reprodução do capital” e, com isso, a “acumulação [...] paralisa-se ainda mais”. Manifesta-se uma situação na qual a “Mais-valia amontoada na forma de dinheiro (ouro ou bilhetes) só com prejuízo se converteria em capital”. Nesse quadro, a mais-valia fica “ociosa, entesourada nos bancos ou na forma de moeda escritural” expressando a desaceleração da acumulação capital (MARX, 1980, p. 930). Nesse caso, existe excesso de capital-dinheiro em relação às condições de valorização no período.

A paralisação do processo de acumulação também pode ocorrer pelo motivo contrário ao anterior devido a “faltarem as precondições reais da produção”, por exemplo, quando há aumento do preço dos cereais – inflação –, ou quando “não se acumulou capital constante físico suficiente” para manter a fluidez da acumulação. Nessas condições:

Ocorre paralisação na reprodução e, por isso, no fluxo da circulação. Compra e venda se imobilizam reciprocamente, e capital desocupado aparece na forma de dinheiro ocioso. O mesmo fenômeno (e isso em regra precede as crises) pode suceder quando a produção do capital excedente se dá com muita rapidez e a reconversão dele em capital produtivo aumenta tanto a procura de todos os componentes deste, que a produção real não pode acompanhá-la, e daí subirem os preços de todas as mercadorias que entram na formação do capital. Nesse caso, a taxa de juro cai muito, por mais que se eleve o lucro, e essa queda da taxa de juro motiva os mais audaciosos empreendimentos lucrativos. A estagnação da reprodução induz o decréscimo do capital variável, a diminuição do salário e a queda da quantidade de trabalho empregado. Isso, por sua vez, reage sobre os preços e os faz cair de novo (MARX, 1980, p. 930-931).

Como indicado acima, a paralisação na reprodução do capital acarreta problemas para a continuidade do fluxo da circulação. Por exemplo, quando a interrupção da compra e da venda cria uma situação na qual o “capital desocupado aparece na forma de dinheiro ocioso”, expressando, desta forma, a superprodução de capital em curso em um dado período. A superprodução de capital também pode se expressar quando a velocidade da produção de capital excedente é tão grande que sua reconversão em capital produtivo não pode ser atendida adequadamente pela produção realmente existente, gerando uma pressão inflacionária sobre todas as mercadorias que o compõe – força de trabalho e meios de produção. A baixa dos juros em períodos como o discutido por Marx “motiva os mais audaciosos empreendimentos lucrativos” contribuindo ainda mais para a alta dos preços, até que, a estagnação da reprodução determina a diminuição da parte variável do capital a ser investido, dos salários e do trabalho empregado pelo capital, acarretando a queda dos preços dantes em alta.

Deve-se atentar para o fato de que a circulação de capital não se resolve em um ato, se trata de um processo que se desdobra ao longo de um período, englobando todo o movimento D-M-D’. Tal período “se prolonga até o capital voltar à forma de partida”, sendo marcado por grandes transtornos e alterações no mercado; nivelamento dos preços de mercado em relação aos preços de custo; variações na produtividade do trabalho e, por conseguinte, no valor das mercadorias. Dito isso, observa-se que, para Marx, o caminho do capital enquanto pressuposto ao seu retorno como produto da acumulação capitalista não é nada tranquilo. Nele “têm de se dar grandes catástrofes, amontoar-se e desenvolver-se elementos da crise” (MARX, 1980, p. 931). De outro modo, no período encerrado entre o investimento de capital na compra de força de trabalho e meios de produção, o seu emprego como capital produtivo produtor de valor e mais-valor e sua realização no mercado por meio da transformação do capital mercadoria em capital monetário, podem ocorrer uma série de transtornos e alterações que também encerram a possibilidade formal de crise. Note-se que capital-mercadoria, capital-produtivo e capital-

monetário são as formas necessárias por meio das quais o conteúdo capital precisa se expressar para se reproduzir enquanto tal.

Como destacado por Marx (1980, p. 931, grifos nossos), ao falar da destruição de capital promovida pelas crises devemos diferenciar dois elementos. Por um lado, a *estagnação do processo de reprodução e a restrição do processo de trabalho – parcial ou total – se constitui como destruição de capital real*. O “trabalho que não se explora equivale a produção perdida”. As Máquinas paradas, matérias-primas ociosas em armazéns, novos edifícios e maquinaria inacabados, mercadorias vencendo nos depósitos, “tudo isso é destruição de capital”. E mais, tudo isso “*se reduz a paralização do processo de reprodução e a que as condições de produção existentes não exercem na realidade as funções de condições de produção, não são postas em atividade*” de modo que “*seu valor de uso e valor de troca vão para o diabo*”. Aqui evidencia-se que em sua busca incessante pela lucratividade, o capital tende a transformar as forças produtivas em forças destrutivas.

Por outro lado, a destruição de capital por crises significa a “depreciação de valores, que os impede de renovarem depois, na mesma escala, o processo de se reproduzirem como capital” e a “queda ruinosa dos preços das mercadorias” – deflação –. Nesta acepção não ocorre a destruição de valores de uso, o “que um perde, o outro ganha”. Os valores em posse de um capitalista “ficam impossibilitados de se renovar” em suas mãos, mas podem ser renovados nas mãos de outro. Grande parte do “valor de troca do capital existente, é destruída de uma vez para sempre, embora essa própria destruição, por não atingir valor de uso, incentive muito a nova reprodução”. É nesse período de retomada da reprodução que os “banqueiros se enriquecem às custas do industrial”. Os momentos de crise também são momentos de ampliação da centralização de capitais e com isso do caráter monopólico do capitalismo. Deste modo:

A queda do capital meramente fictício, dos títulos do governo, das ações etc. - desde que não leve o Estado e as sociedades anônimas à bancarrota, e não 'gere, com o abalo do crédito dos capitalistas industriais que detêm aqueles papéis, o estorvo geral da reprodução – resulta em simples transferência de riqueza de urna mão para outra e terá em geral influência favorável na reprodução, se considerarmos que os novos-ricos que colhem na baixa tais ações ou papéis; em regra empreendem mais que os antigos detentores (MARX, 1980, p. 931-932).

Nas crises da economia mundial observamos a manifestação contundente de todas as contradições e antagonismos gerados pelo modo de produção capitalista. Porém, de acordo com Marx (1980. P. 936), autores apologistas evitam investigar as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista, se contentando em negar a possibilidade da ocorrência das

crises. Sendo assim, a “apologética então consiste em falsificar as mais simples relações econômicas e especialmente em se aferrar à unidade em face da contradição”.

Com o objetivo de demonstrar que a “produção capitalista não pode conduzir a crises gerais”, os apologistas anulam toda a diferença específica que caracteriza a produção capitalista e procuram demonstrar que se o “modo capitalista de produção, em vez de ser uma forma especificamente desenvolvida, peculiar, da produção social, fosse um modo de produção anterior a suas manifestações iniciais mais rudimentares, não existiriam os conflitos e contradições que o caracterizam, nem portanto sua eclosão nas crises”. Deste modo, a crise é escamoteada por meio da negação dos requisitos iniciais para que ocorra a produção capitalista, quais sejam, a “existência do produto como mercadoria, a bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, os daí oriundos elementos da dissociação na troca de mercadorias, enfim, a relação do dinheiro ou mercadorias com o trabalho assalariado” (MARX, 1980, p. 936-937, grifos nossos):

[...] não são mais felizes os economistas (como J. St. Mill, por exemplo) que procuram explicar as crises com essas *meras possibilidades da crise, encerradas na metamorfose das mercadorias, como a dissociação entre compra e venda*. Esses elementos *que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar por que as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento*. Aquela dissociação aparece na crise; é sua forma elementar. *Explicar a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise.*

Em uma perspectiva marxiana, a metamorfose da mercadoria se configura enquanto unidade do processo de produção e circulação do capital ou, de outro modo, o “decurso de um processo por meio de duas fases opostas”, de modo que “sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e afirmação recíproca de independência”. Trata-se da unidade contraditória do diverso que se determina reciprocamente por meio da afirmação da independência das partes – daí o caráter desequilibrado das relações capitalistas. Uma “vez que estão interligadas, a afirmação de independência das partes vinculadas só se pode patentear de maneira violenta, como processo destrutivo”. Nas crises a unidade dos elementos opostos se manifesta, a “independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força”. Sendo assim, a “crise [...] revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros”.

Aqui, na contramão do defendido pela economia apologética que afirma que por “haver a unidade não pode haver crise” e, nesse sentido que a “unidade dos contrários exclui a

contradição”, Marx (1980, p. 936, grifo nosso) destaca que o que ocorre é justamente o oposto, não “ocorreria crise se não existisse essa unidade interna de elementos que *parecem comportar-se com reciproca indiferença*”. Como vemos, para o comunista os elementos aparentam comportar-se de maneira indiferente uns em relação aos outros, mas a crise sobrevém e evidencia a necessária unidade entre os distintos momentos constituintes do movimento do capital.

No que diz respeito ao dinheiro e seu papel no processo de acumulação de capital, para além de cumprir as suas funções como meio de troca, o dinheiro também constitui o meio por meio do qual a “troca de produto por produto se dissocia em dois atos, um do outro independentes, além de distantes no tempo e no espaço” (MARX, 1980, p. 939).

Marx considera, um “expediente infeliz” de Ricardo a afirmação de que “só mercadorias isoladas e não todas as mercadorias podem apresentar ‘superabundância no mercado’, e que por conseguinte a superprodução só pode ser parcial”:

Antes de mais nada, se observamos a natureza da mercadoria, nada se opõe a que *todas as mercadorias* sejam superabundantes no mercado e todas se cotem abaixo do respectivo preço. Agora trata-se precisamente da razão da crise, isto é, da possibilidade de haver superabundância de todas as mercadorias com exceção do *dinheiro*. Existir, para a mercadoria, a necessidade de se configurar em dinheiro significa apenas a existência dessa necessidade para *todas as mercadorias*. E a dificuldade de passar por essa metamorfose, se existe para uma mercadoria isolada, pode existir para todas. A natureza geral da metamorfose das mercadorias, a qual abrange tanto a dissociação quanto a unidade da compra e venda, em vez de excluir, ao contrário, encerra a *possibilidade* de uma oferta excessiva geral (MARX, 1980, p. 940).

Como vemos, para Marx, em primeiro lugar, a natureza da mercadoria não apresenta nenhum impedimento a superprodução de todas as mercadorias – superprodução geral e não apenas parcial como admitida por Ricardo – e nem a sua cotação abaixo de seu preço. De fato, para o autor, a “razão da crise” encontra-se precisamente na “possibilidade de haver superabundância de todas as mercadorias com exceção do dinheiro”. No capitalismo, todas as mercadorias precisam necessariamente se transformar em dinheiro para que a acumulação prossiga. Nesse sentido, a dificuldade em se metamorfosear na forma dinheiro está posta para o conjunto das mercadorias, de modo que, a própria “natureza geral da metamorfose das mercadorias [...] em vez de excluir, ao contrário, encerra a possibilidade de oferta excessiva geral”.

Deste modo, a dissociação entre o processo de produção e o processo de circulação “evidencia e desenvolve mais a possibilidade da crise” que já aparecia na expressão mais fundamental da metamorfose da mercadoria. Aqui diminui o grau de abstração da reflexão.

Quando os “dois processos não se convertem um no outro com fluidez, mas se afirmam independentes um do outro, sobrevém a crise” (MARX, 1980, p. 943):

O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata da crise. Por isso, os economistas que negam a crise insistem na unidade dessas duas fases. Se elas, sem serem uma unidade, fossem apenas separadas, seria impossível justamente uma restauração violenta de sua unidade, ou seja, uma crise. Se fossem apenas uma unidade, sem estarem separadas, não haveria a eventualidade de as dissociar à força, o que também é crise. Esta é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade (MARX, 1980, p. 948-949).

Como delineado, o processo global de circulação ou processo global de reprodução do capital consiste na unidade entre produção e circulação. Trata-se de um processo que “reúne dois processos como fases suas” e encerra a possibilidade de diminuição da fluidez com a qual um se transmuta no outro ou, inclusive sua interrupção como temos visto, desenvolvendo ainda mais a “forma abstrata da crise”. A não compreensão da dialética entre a relação de determinação recíproca que a unidade impõe às partes e a busca incessante do capital pelo lucro em uma tentativa ininterrupta de autonomizar-se das formas por meio das quais se dá a metamorfose da mercadoria leva os economistas burgueses a negar a possibilidade de crise afirmando a necessária unidade entre os processos de produção e circulação.

Para Marx (1980, p. 943-944), a possibilidade de crise tal como se apresenta no âmbito da metamorfose da mercadoria decorre apenas e tão somente do fato de, por um lado, as distintas formas pelas quais a mercadoria passa ao longo de seu movimento constituírem-se enquanto “formas e fases necessariamente complementares” e, por outro lado, do fato de a “unidade intrínseca necessária” entre produção e circulação é unidade na diversidade ou, de outro modo, produção e circulação “são por igual partes e formas independentes do processo, contrapostas em sua existência, discrepantes no tempo e no espaço, separáveis e separadas uma da outra”. Sendo assim, na análise marxiana a possibilidade posta pela existência do dinheiro de dissociação entre o momento da compra e o momento da venda nos apresenta a possibilidade formal da eclosão de crises, sendo “apenas na sua forma que a mercadoria tem aí de passar pela dificuldade. Ultrapassa-a logo que assume a forma de dinheiro”, ou seja, quando o seu valor social – porque é disso que se trata, trabalho socialmente necessário – é confirmado pelo mercado na troca.

Deste modo, a afirmação de Marx de que a “forma simples da metamorfose encerra a possibilidade da crise”, significa apenas que na própria forma simples da metamorfose da

mercadoria está posta a “possibilidade da ruptura e da dissociação de fases que na essência são complementares” (MARX, 1980, p. 944).

Na *troca direta*, vigente em sociedades anteriores ao capitalismo, destinava-se à troca apenas aquilo que sobrava após a satisfação das necessidades do produtor ou, em uma divisão do trabalho um pouco mais desenvolvida, dos coprodutores. A troca não era uma condição fundamental para o desenvolvimento dessas sociedades, sua dinâmica fluía sem levar em consideração as intempéries do mercado. Na *produção de mercadorias*, temos uma alteração no papel do mercado nas relações sociais, a “conversão do produto em dinheiro, a venda, é *conditio sine qua non*”. Aqui, trata-se da produção generalizada para o mercado, distinta da produção voltada apenas para atender as necessidades do produtor, que cessa. Nessas condições “se não se vende, surge a crise”.

A grande dificuldade encerrada no processo de transformação da mercadoria em dinheiro ou, da transformação do “produto particular do trabalho individual em dinheiro [...] trabalho social, geral e abstrato” está no fato de que o dinheiro não aparece como produção do trabalho individual e “quem vendeu [...] não é por sua vez forçado a comprar logo, a reconverter o dinheiro em produto particular do trabalho individual”. Em suas afirmações acerca da unidade constituinte do processo como forma de negar a possibilidade da ocorrência de crises, os economistas burgueses ignoram a contradição inerente as próprias formas que o capital precisa adotar para perpetuar o seu movimento de autovalorização aparente. Aqui, a “dificuldade do vendedor – na suposição de sua mercadoria ter valor de uso – decorre somente da facilidade do comprador em adiar a reconversão do dinheiro em mercadoria”. Deste modo:

A dificuldade de transformar a mercadoria em dinheiro, de vender, provém apenas de a mercadoria ter de se transformar em dinheiro, sem o dinheiro ter de imediato de se converter em mercadoria, e de *compra e venda* portanto poderem dissociar-se. Dissemos que essa *forma* abrange a possibilidade da *crise*, isto é, a possibilidade de elementos em conexão recíproca, inseparáveis, se desvincularem e serem por isso, forçados a se juntar pela força que se opõe à sua independência mútua. Ademais, *crise* é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma da outra. (MARX, 1980, p. 944-945).

Como vemos, na análise de Marx, a possibilidade da crise está posta formalmente na dissociação entre compra e venda. O que consiste em dizer que, a forma da metamorfose da mercadoria encerra a possibilidade de que “elementos em conexão recíproca, inseparáveis, se desvincularem e serem por isso, forçados a se juntar pela força que se opõe a sua independência mútua”. Sendo assim a crise é a “imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma da outra”.

Aqui estamos diante somente da possibilidade geral e abstrata da crise, ou seja, da “forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo”. O fato de compra e venda poderem separar-se no tempo e no espaço constitui “crise em estado potencial” e a conversão fluida de uma na outra um “elemento crítico” para a continuidade do movimento do capital que, como vimos, só é capital quando em movimento. Deste modo, a forma mais abstrata da crise e, por conseguinte, a possibilidade formal da crise “é a metamorfose da própria mercadoria que, enquanto movimento desenvolvido do valor, “contém a contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria”.

Em síntese, o que queremos colocar em relevo nesse momento é o fato de que, para Marx a maneira particular – o meio - pela qual a possibilidade de crise devém crise não está contida na própria forma que o capital é impelido a adotar para perpetuar o seu movimento, “implica apenas em que existe a *forma* para uma crise (MARX, 1980, p. 945). Nesse sentido:

As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. *Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas* (MARX, 1980, 945, grifos nossos).

Como indicado por Marx, as crises pelas quais passa recorrentemente o mercado mundial são, por um lado, a convergência real entre os elementos que tinham se “autonomizado” ao longo do desmedido processo de acumulação de capital imediatamente anterior. Por outro lado, consistem no “ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa”. Os diversos fatores que confluem na crise precisam ser evidenciados e explicados em “toda esfera da economia burguesa”, de modo que, quanto mais se aprofunda a análise, mais determinações do conflito são reveladas, sendo essencial a demonstração de que as formas mais abstratas delineadas pelo comunista interagem efetivamente enquanto contradições constituintes do conflito realmente existente em um dado período e, nesse sentido, que estão contidas nas formas mais concretas da crise que se pretende analisar.

Marx sinaliza uma segunda possibilidade formal de crise relacionada a função do dinheiro enquanto meio de pagamento. Aqui, o dinheiro se apresenta em “duas fases diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos”. Assim como no caso da metamorfose da mercadoria, na função do dinheiro enquanto meio de pagamento, a possibilidade de crise está

posta de maneira abstrata, ainda que “seja mais concreta que a primeira” (MARX, 1980, p. 945).

Na perspectiva marxiana a possibilidade geral das crises ocorrerem está posta também no “próprio processo de metamorfose do capital”, por um lado, no momento em que o dinheiro cumpre sua função de meio de circulação, com a possibilidade da dissociação entre compra e venda e, por outro lado, quando o dinheiro se apresenta como meio de pagamento, em seus dois papéis, o de “medida dos valores e o de realização do valor”, onde o movimento do capital também pode ser interrompido (MARX, 1980, p. 949).

Caso ocorram mudanças na magnitude do valor contido em uma determinada mercadoria no intervalo entre a produção e sua venda, a “mercadoria no momento de sua venda não valerá o que valia no momento em que o dinheiro serviu de medida dos valores e portanto das obrigações recíprocas”. Nessas condições a “obrigação não pode ser preenchida com o produto da venda da mercadoria nem se saldar assim toda a série das transações que retroativamente dependem dessa única operação”. A impossibilidade da efetivação da venda da mercadoria em um período mais ou menos extenso – independente de se houve ou não variação do valor da mercadoria no espaço entre a produção e a venda –, cria uma situação na qual o “dinheiro não poderá funcionar como meio de pagamento, uma vez que tem de servir como tal em prazo determinado”. Visto que a “mesma soma de dinheiro funciona para uma série de transações e operações recíprocas, há insolvência não só num ponto, mas em muitos. Daí a crise” (MARX, 1980, p. 949).

Eis as possibilidades formais de crise descritas por Marx. A “primeira [na metamorfose da mercadoria] é possível sem a última [na metamorfose do capital] [...] Mas a segunda não é possível sem a primeira, isto é, sem compra e venda se desconjuntarem”. Nesse último caso a crise se dá porque a mercadoria não pode ser vendida, ou não pode ser vendida em um determinado espaço de tempo necessário – por exemplo, as mercadorias podem estragar nos armazéns, tendo lugar a destruição do valor-capital nela contido – para a fluidez do processo de acumulação de capital. Sendo assim, a “crise resulta, e deriva seu caráter”, por um lado da impossibilidade de se vender a mercadoria” e, por outro, da “não realização de toda uma série de pagamentos que se apoiam na venda dessa determinada mercadoria nesse prazo determinado”. Aqui, estamos diante da *“forma específica das crises monetárias”* (MARX, 1980, p. 949-950).

Deste modo, Marx compreendia que a crise se manifesta porque o movimento desmedido do capital, a sua busca incessante pela autovalorização do valor, desconjunta a compra e a venda. Em uma segunda forma, caso o dinheiro já tenha se apresentando

historicamente enquanto meio de pagamento, as dificuldades encerradas na compra e venda da mercadoria, podem desenvolver-se também como crise monetária e “essa segunda forma das crises fica em evidência logo que surge a primeira”.

Sendo assim, quando se procura entender a “razão por que a possibilidade da crise se torna realidade” ou, de outro modo, as condições efetivas em que se desenvolve a crise “é mera superfluidade tratar da forma das crises oriundas do desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento [...] como causa da crise”, tal como o fazem equivocadamente os economistas burgueses criticados por Marx (MARX, 1980, p. 950).

Considerado que as crises sejam provenientes de “*variações de preço e de revoluções de preço* que não coincidam com as *variações de valor* das mercadorias, não é possível explicá-las na análise do capital em geral, pois nesta *valores e preços* das mercadorias se, pressupõe *idênticas*”.

A *possibilidade geral* das crises é a *metamorfose* formal do próprio capital, a dissociação da compra e venda no tempo e no espaço. Mas esse processo nunca é a causa da crise, pois é apenas a *forma mais geral da crise*, isto é, a própria crise em sua *expressão mais geral*. Não se pode dizer que a *forma abstrata da crise* é a *causa da crise*. Quem pergunta por sua causa, quer saber precisamente por que sua *forma abstrata*, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a *realidade* (MARX, 1980, p. 950).

No trecho acima, evidencia-se mais uma vez que na perspectiva marxiana a possibilidade geral das crises está colocada na metamorfose formal do próprio capital, na possibilidade de separação no tempo e espaço entre o momento da compra e momento da venda. Porém, “esse processo nunca é a causa da crise, pois é apenas a forma mais geral da crise, isto é, a própria crise em sua expressão mais geral”. Não podemos afirmar que a forma abstrata da crise é a causa da crise. A abordagem adequada consiste em explicar “precisamente por que sua forma abstrata [...] passa da possibilidade para a realidade”. O que não impede que seja possível, abstraindo das flutuações de preços distintas das flutuações do valor destacada anteriormente, explicar as “condições gerais” em que pode ocorrer uma crise a partir da análise das “condições gerais da produção capitalista”.

Se a possibilidade formal da crise não pode ser a causa das crises, qual seria a causa das crises na perspectiva marxiana?

De acordo com Marx (1980, p. 962), no capitalismo não podemos em absoluto falar de superprodução de produtos, como se pudesse haver um volume de produto excessivo em relação a necessidade do mesmo, visto que, reina uma situação na qual as “necessidades mais prementes de grandes segmentos da sociedade não são satisfeitas ou são satisfeitas apenas as

mais imediatas". Pelo contrário, quando a situação é considerada sob esse prisma "temos de dizer que na base da produção capitalista sempre se produz de menos". E por que se produz de menos? O que se coloca como limite da expansão da produção para atender as necessidades mais prementes de grandes segmentos da sociedade?

O limite da produção é o lucro do capitalista e de maneira nenhuma a necessidade dos produtores. Mas superprodução de produtos e superprodução de *mercadorias* são coisas de todo diferentes. Segundo Ricardo, a forma de *mercadoria* não importa ao produto, e mais, a *circulação das mercadorias* só formalmente difere da troca de produtos, o valor de troca aí é mera forma efêmera do intercâmbio material, e o dinheiro portanto mero meio formal de circulação; -esse ponto de vista reduz-se de fato a seu pressuposto de que o modo de produção burguês é o modo absoluto, em consequência o modo de produção sem determinação característica mais precisa, sendo por conseguinte sua especificidade puramente formal. Assim, Ricardo também não pode admitir que o modo de produção burguês contenha limite para o livre desenvolvimento das forças produtivas, limite que vem à tona nas crises e em outras manifestações como a *superprodução* - o fenômeno fundamental das crises (MARX, 1980, p. 962).

Como vemos, para o comunista, sob o domínio do capital o limite da produção é o lucro do capitalista e não as necessidades dos produtores. Superprodução de produtos e superprodução de mercadorias não podem ser consideradas a mesma coisa. Ricardo ignorava a importância da forma mercadoria para o produto, considerava que a diferença entre a troca de produtos e a circulação de mercadorias era meramente formal e não de conteúdo, por conseguinte, em sua análise, o valor de troca comparece como mera forma efêmera do intercâmbio material e o dinheiro, por sua vez, como mero meio formal de circulação. Tal ponto de vista presente na economia ricardiana parte do pressuposto a-histórico equivocado de que o "modo de produção burguês é o modo absoluto" de organização social. Nesse tipo de análise, considera-se somente a "especificidade puramente formal" do capitalismo ao passo que, deixa-se de explicar a diferença específica que particulariza o capitalismo em relação aos demais modos de produção existentes na história. Desconsidera-se a relação entre as formas mercadoria e dinheiro historicamente constituída – antes mesmo da existência do capital enquanto relação predominante na produção – e o conteúdo capital que necessariamente se move por meio destas.

Deste modo, ao ignorar a relação estabelecida entre as formas por meio das quais capital aparece no mercado e o conteúdo da relação capitalista de produção do valor e do mais-valor – a exploração da força de trabalho – "Ricardo também não pode admitir que o modo de produção burguês contenha limite para o livre desenvolvimento das forças produtivas", ou seja, que possa haver superprodução generalizada no capitalismo. Em uma leitura marxiana, o economista inglês está equivocado, visto que como observamos, a produção capitalista tem limites efetivos

que “vem à tona nas crises e em outras manifestações como a superprodução – o *fenômeno fundamental das crises*”. Nesse momento, as “contradições da produção burguesa se patenteiam coletivamente nas crises gerais do mercado mundial, e de maneira dispersa, isolada, parcial nas crises restritas (restritas no conteúdo e na extensão)” (MARX, 1980, p. 968).

CONCLUSÃO

Em nosso trabalho, procuramos avançar na apreensão da análise marxiana acerca do fenômeno das crises econômicas do capitalismo. Para tanto, estudamos as relações estabelecidas entre a produção de capital, a circulação e as formas sob as quais a relação capital aparece na superfície do mercado capitalista, tal como apresentado por Marx. No capítulo 1, apresentamos os elementos constituintes da análise do alemão acerca dos modos de manifestação sob os quais o processo de produção capitalista se apresenta enquanto processo direto de produção.

Como revela Marx (2017a), a força de trabalho é a única mercadoria que, quando consumida produtivamente, é capaz de acrescentar valor ao capital adiantado. Nesse sentido, o consumo produtivo dos meios de produção não cria novos valores; apenas transfere para as mercadorias parte do valor-trabalho previamente cristalizado — por processos de trabalho/valorização anteriores — nas máquinas, ferramentas de trabalho e matérias-primas utilizadas no processo de trabalho/valorização em questão.

Tanto a força de trabalho quanto os meios de produção participam da produção capitalista na forma de capital produtivo; no entanto, não cumprem a mesma função. O investimento do dinheiro na compra da mercadoria força de trabalho e dos meios de produção que possibilitam a sua transformação em capital produtivo é a forma pela qual o dinheiro se transforma em capital. A parte desse capital correspondente aos meios de produção apenas transfere valor para as mercadorias produzidas, de modo que não ocorre nenhuma criação de novo valor por essa parcela do capital produtivo. Por isso, Marx denominou essa parte do capital como capital constante.

No caso da mercadoria força de trabalho, a coisa muda de figura. Quando combinada aos meios de produção, a força de trabalho é capaz de criar valor e mais-valor do que aquilo que o capitalista lhe paga na forma de salário. Tal característica da mercadoria força de trabalho levou Marx a denominar essa parcela do capital produtivo como capital variável.

Aqui, chegamos à seguinte conclusão: a acumulação capitalista não tem como objetivo fundamental a produção de valores de uso, mas sim a valorização do valor por meio da apropriação do trabalho não pago, do mais-valor. Assim, a busca da maior lucratividade possível configura-se como a principal força motriz — imperativo econômico — na sociedade capitalista, e o mais-valor como seu fundamento econômico-social.

No capítulo 2, tratamos de apresentar os elementos fundamentais considerados por Marx acerca do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução do

capital e, por conseguinte, a compreensão marxiana de que o processo de produção capitalista, considerado em sua totalidade, consiste na unidade estabelecida entre o processo de produção e circulação de capital. Nesse capítulo, também explicitamos como Marx analisou o desenvolvimento da possibilidade formal da ocorrência de crises capitalistas, decorrentes das contradições inerentes à unidade estabelecida entre a produção e a circulação de capital.

Nesse momento, pudemos observar que, para Marx, ao longo dos ciclos de acumulação, o capital é obrigado ora a assumir, ora a abandonar diferentes formas para que seu movimento de valorização possa se perpetuar. O ciclo do capital se manifesta em três estágios fundamentais, quais sejam: a circulação, momento em que o capital monetário se transforma em capital produtivo por meio da compra da força de trabalho e dos meios de produção; a produção propriamente dita, momento em que, por meio do emprego do capital produtivo, ocorre efetivamente a produção de novo valor; e, por fim, o retorno do capital valorizado à circulação por meio de sua venda enquanto capital mercadoria. Considerando que a regra nas relações capitalistas de produção é o desequilíbrio e a constante mudança nas condições de produção do valor, a possibilidade formal da eclosão de crises se apresenta já no não cumprimento da obrigatoriedade da transmutação do capital monetário em capital produtivo e desse último em capital mercadoria.

Por fim, no capítulo 3, apresentamos o modo como Marx refletia acerca das formas concretas assumidas pelo capital na superfície do mercado e sua relação com o próprio movimento do capital, considerado em sua totalidade. A partir de nossa primeira aproximação da crítica da economia política desenvolvida por Marx, compreendemos que, para nosso autor, o fenômeno fundamental das crises – sua causa – é a superprodução. O fundamento da superprodução no capitalismo encontra-se no próprio desenvolvimento incondicional das forças produtivas e, nesse sentido, na produção em massa limitada pelas exigências de lucratividade do capital e levada a cabo por produtores que só recebem o equivalente aos meios necessários para a sua subsistência.

Ademais, compreendemos que, na análise marxiana, o capital se move em ciclos cujas flutuações devem ser explicadas levando-se em consideração, junto às possibilidades formais de crise sinalizadas por Marx, a lei tendencial da queda da taxa de lucro subjacente ao processo de acumulação capitalista, e que no livro 2 de *O Capital*, o que Marx nos apresenta ao discutir o ciclo do capital industrial são possibilidades formais de crise postas no próprio movimento que o capital é obrigado a descrever em seu processo de valorização. Cabe aos pesquisadores das crises contemporâneas demonstrar como ocorre a passagem da possibilidade formal à própria crise enquanto manifestação fenomênica real. Ou seja, faz-se necessário explicar

empiricamente como o movimento desmedido do capital leva à superprodução, ou se ela se observa de fato, e mais, como essa última se relaciona com as formas potenciais de crise analisadas por Marx.

Por fim, para além das características da crise em Marx já elencadas, concluímos que, para o alemão, as crises econômicas são fenômenos inerentes ao movimento da produção e reprodução capitalista, nos quais todas as contradições geradas pela acumulação capitalista são evidenciadas. Ao longo dos ciclos do capital, dado o aumento da composição orgânica, manifesta-se uma tendência à superprodução de capital em relação às possibilidades de realização do valor cristalizado nas mercadorias por meio do trabalho. Desse modo, ainda que as formas por meio das quais a superprodução se apresenta variem de uma crise para outra, o conteúdo fundamental das crises é a superprodução expressa na superfície visível do movimento do capital, na forma de tendência de queda da taxa média/geral de lucro. Ademais, as crises são momentos de saneamento das condições de acumulação, nos quais a destruição das forças produtivas contribui de maneira decisiva para a diminuição da superprodução e, por conseguinte, para a recomposição da lucratividade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIZABALO, X. *Capitalismo y Economia Mundial: Bases Teóricas y Análisis Empírico Para la Compreensión de los Problemas Económicos del Siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- CARCANHOLO, M. Apresentação – Sobre o caráter necessário do livro III D’O Capital. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GRESPAN, J. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasil: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Polítca*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Polítca*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Polítca*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *Lutas de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- _____. *Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. São Paulo: DIFEL, 1980.